



216

agosto 2014

Carta Mensal
INTAL

Publicação Eletrônica Mensal



Banco Interamericano de Desenvolvimento



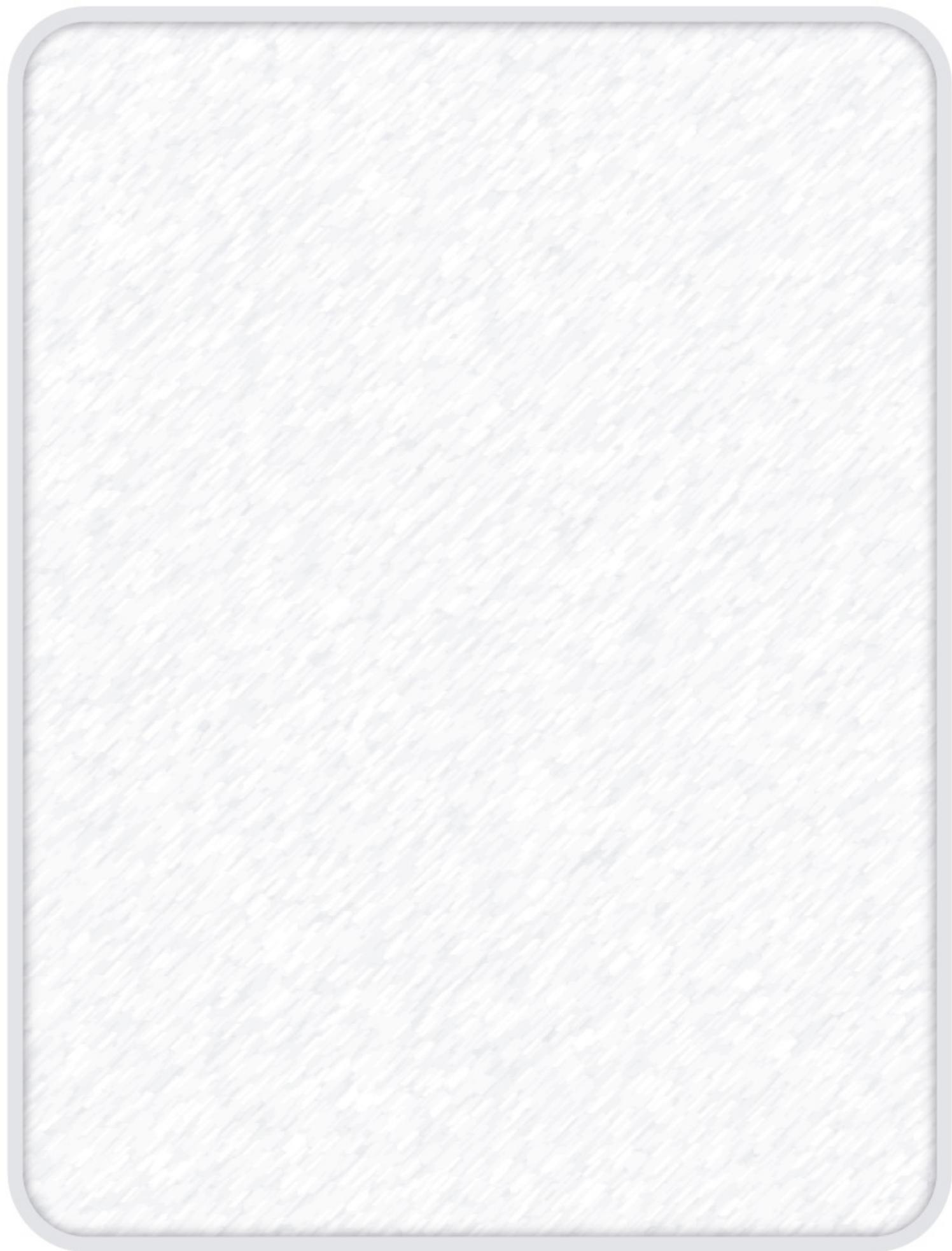


Tabela de conteúdos

Coluna de Análise

Abertura da contratação pública à concorrência internacional: desafios e potencialidades	7
.....	16

Blocos de Integração

Alianza del Pacífico

Aliança do Pacífico: Guichê Único do Comércio Exterior e Turismo	19
--	----

Caribe

Plano Estratégico da Caricom	20
Primeira Cúpula Caricom-Japão	22
Caricom e Turquia fortalecem relações de cooperação	23

América Central

América Central quer se aproximar do Mercosul	24
Relançamento da interconexão elétrica entre Panamá e Colômbia	27
Prioridades da integração centro-americana no segundo semestre	28
Panamá: Exame da política comercial	29

Comunidade Andina

Equador fecha acordo comercial com a União Europeia	30
Peru e Honduras tentam fechar acordo comercial	33

Mercosul

Cúpula do Mercosul: Consolidação de oferta para a UE e outras decisões	35
China: Convênios bilaterais com países do Mercosul	40

UNASUL

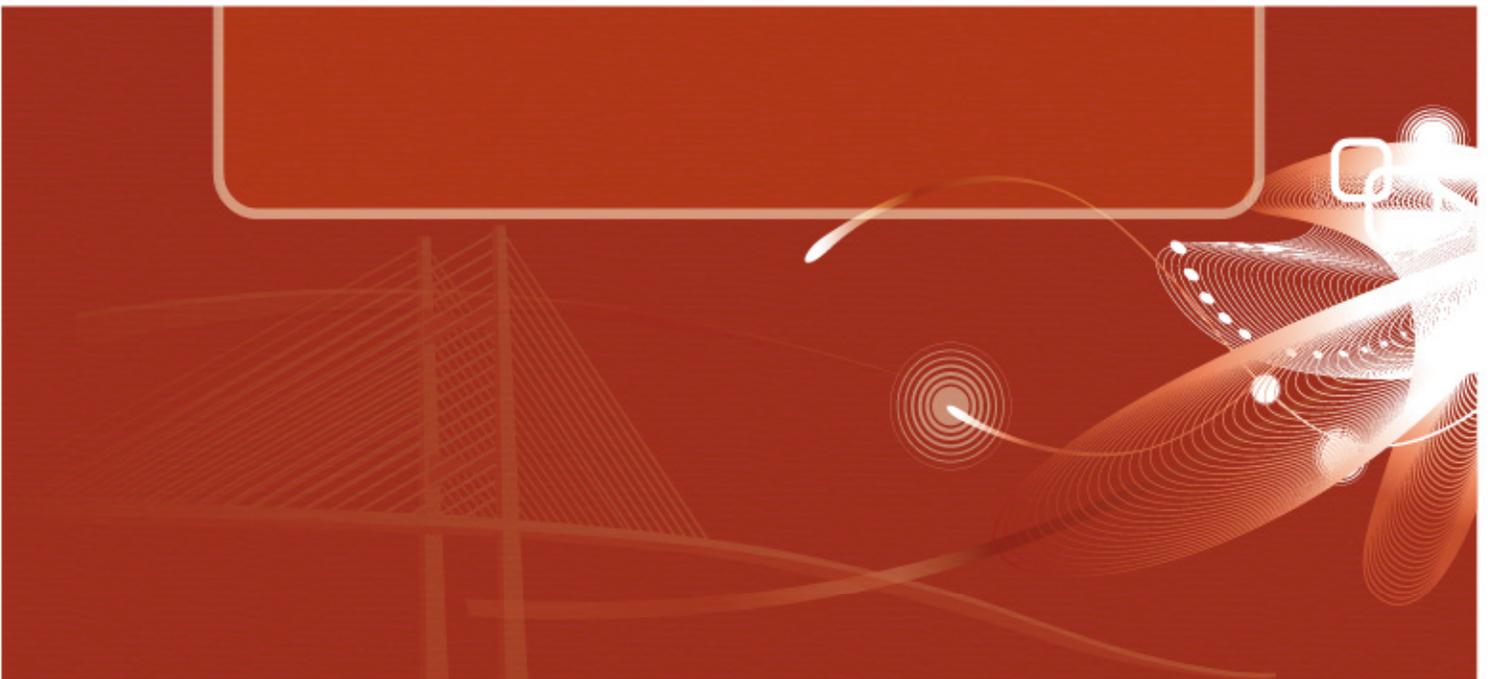
Temas ambientais e sociais no planejamento dos projetos do Cosiplan	41
O Transporte de Carga e a Logística na agenda do Cosiplan	43
Reunião sobre Ponte e Centro de fronteira La Quiaca-Villazón	44
Avanços na conectividade entre Argentina e Chile: Túnel Binacional Água Negra	45
Novo secretário-geral da Unasul	47

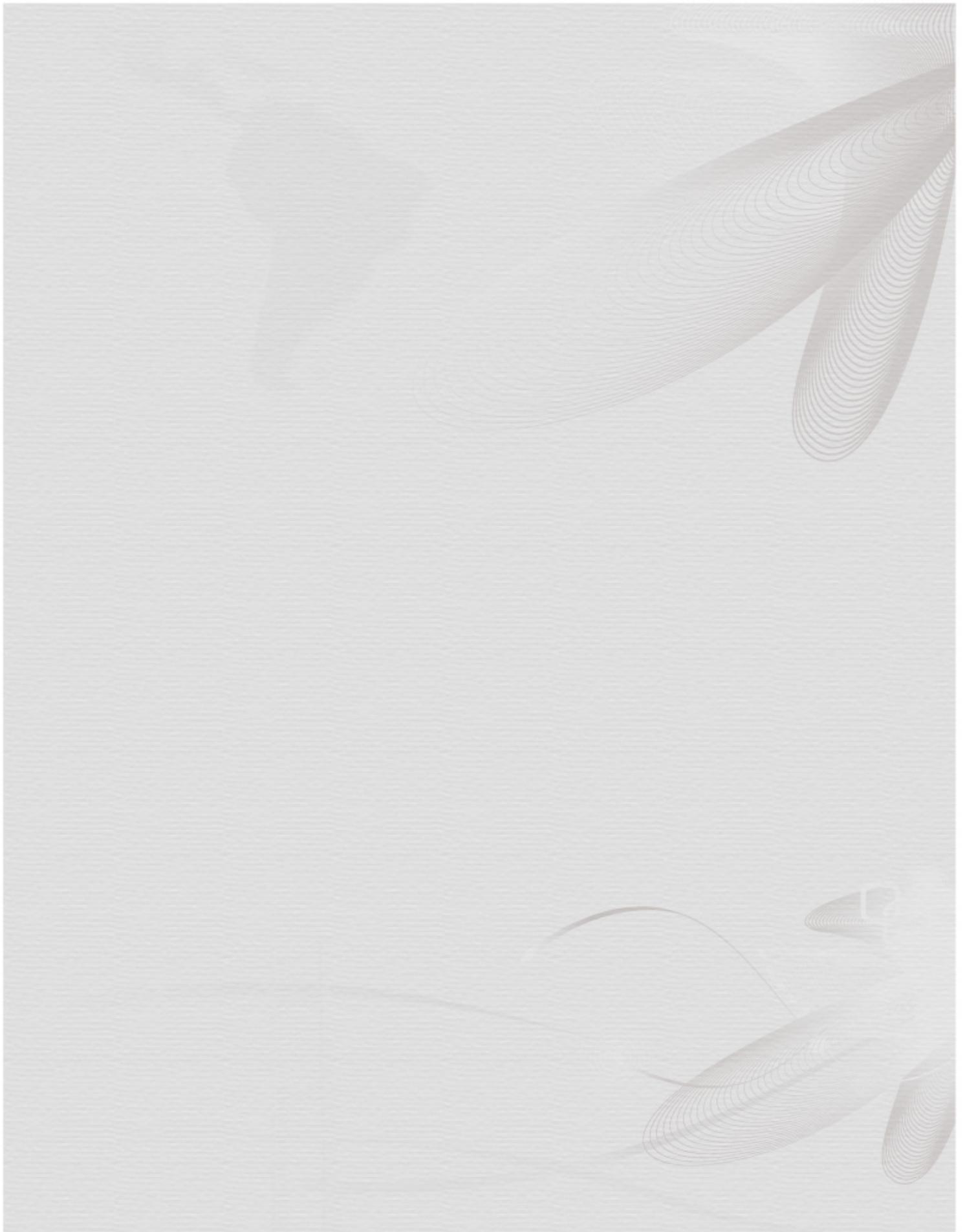
Panorama Regional e Global

OMC: Facilitação do comércio e segurança alimentar	51
Brics: acordos alcançados e dimensões de suas economias	53
Avaliação de impacto	
Avaliação de impacto em integração e comércio internacional	59
Outras Atividades do BID	
Presidente del BID y Presidentes de Honduras, Guatemala y El Salvador se reúnen en Washington (só em espanhol e inglês)	69
China y América Latina unidas a través de Desarrollo Urbano (só em español)	70
BID lança comunidade virtual de negócios para PMEs latino-americanas especializadas em infraestrutura	71
El Banco Interamericano de Desarrollo resalta el rol de las PYME lideradas por mujeres (só em espanhol e inglês)	72
Setor de Integração e Comércio	
Revista Integración & Comercio N° 38: Apoio à integração fronteiriça e à facilitação comercial nas fronteiras da ALC	75
Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI)	76
Centro de Documentação INTAL	
Resenhas Bibliográficas	
KIRIYAMA, N. Trade and Innovation: Synthesis Report. OECD Trade Policy Papers, n. 135, OECD Publishing, Paris, 2012.	81
Alerta Bibliográfico	
.....	83
Bibliografias em destaque do mês	
*Messerlin, P. (2014). The Transatlantic Trade and Investment Partnership and the Developing Countries. Paris: Groupe d'Economie Mondiale.	84
*Ortiz, M., coord. (2014). Las Américas y la Unión Europea ante los nuevos escenarios en las relaciones comerciales y políticas. San José: FLACSO.	86
*Dussel Peters, E., coord. (2014). La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe.	88
Redação	
.....	93



Coluna de Análise





Abertura da contratação pública à concorrência internacional: desafios e potencialidades

As compras que os Estados fazem para garantir a provisão de bens públicos e manter seu funcionamento têm grande importância tanto em termos econômicos quanto políticos, sociais e institucionais.[1] Durante as últimas duas décadas, em todo o mundo a contratação pública experimentou grandes mudanças que afetaram seu uso para atingir objetivos de políticas e modificaram a internacionalização das contratações, entre outros aspectos.

Estas questões foram abordadas no [Curso sobre Compras Governamentais para Países da América Latina](#) (Boxe 1), organizado em conjunto pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do Setor de Integração e Comércio (INT) e do Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (Intal), junto com a Organização Mundial do Comércio (OMC) ([Acesse o vídeo apresentação de Joaquim Tres, INT](#)).

Importância e efeitos da contratação pública

Em todo o mundo, o Estado é um dos principais demandantes de bens, serviços e obras, devido à sua necessidade de fornecer bens públicos (saúde, educação, defesa e desenvolvimento de infraestrutura, entre outros) e de manter seu próprio funcionamento. Além disso, as compras governamentais têm grande relevância em termos políticos, sociais e institucionais. O impacto da contratação pública se observa na qualidade do gasto público e da governança, no desenvolvimento de mercados, na confiança da sociedade civil no Estado, na implementação de políticas públicas, etc.

Dada a importância das compras governamentais, existe um amplo debate sobre como elas devem se desenvolver. Em linhas gerais, podem ser identificadas três correntes de acordo com suas prioridades (GORDON, 2014):

1. *Eficiência*: As compras do setor público não devem ser diferenciadas das do setor privado: devem maximizar a relação custo-benefício (*value for money*) e o sistema de contratação deve funcionar rapidamente.
2. *Necessidade de evitar a corrupção no uso de recursos públicos*: Para isso são exigidas regras claras, transparência, mecanismos de solução de controvérsias, etc.
3. *Compras governamentais como ferramenta de política pública*: Os recursos públicos devem ser usados para alcançar outros objetivos, tais como fomentar o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas (MiPMEs), favorecer setores vulneráveis, estimular a produção nacional, etc.

Embora possa ser simultaneamente desejável que as compras governamentais sejam eficientes, transparentes e contribuam para atingir metas de políticas públicas, com frequência os objetivos

dessas três visões se contrapõem. Por exemplo, a outorga de preferências a MiPMEs nacionais pode implicar a não contratação do fornecedor mais eficiente, ao passo que o cumprimento das regras necessárias para garantir a transparência possivelmente pode acarretar procedimentos de contratação mais lentos.

Boxe 1. Curso sobre Compras Governamentais para Países da América Latina

Buenos Aires, Argentina, 29 a 31 de julho de 2014

O Workshop Regional Avançado sobre Contratação Pública para países da América Latina reuniu especialistas de alto nível em comércio e aquisições dos governos dos países da região, acadêmicos e funcionários das entidades organizadoras (BID e OMC), com o objetivo de constituir um fórum de debate sobre atividades e iniciativas nacionais, regionais e multilaterais relacionadas com o comércio no âmbito da contratação pública, assim como facilitar a elaboração de políticas sobre a cooperação internacional nesse âmbito.

Entre os principais temas abordados no curso cabe destacar a importância das compras governamentais nas economias e sua relação com o desenvolvimento e o comércio; o Acordo sobre Contratação pública (ACP) da OMC; as principais modificações decorrentes do texto revisado e as vantagens e os desafios decorrentes da adesão ao mesmo; a abordagem desses temas nos acordos comerciais regionais; os mecanismos para promover a transparência e a concorrência nas compras governamentais; os avanços da América Latina na matéria, etc.

A agenda, a lista de participantes e os documentos apresentados no workshop estão disponíveis no seguinte [link](#). Fonte: BID-INTAL.

A dimensão internacional da contratação pública

Dada a importância da demanda dos Estados na economia, as compras governamentais representam entre 10% e 15% do produto interno bruto (PIB)[2] mundial, chegando a 20% em alguns países em desenvolvimento (PED), o que as torna um mercado muito atraente para as empresas do mundo todo. As empresas podem fornecer seus bens ou serviços (incluindo os de construção) a Estados estrangeiros por três vias:

1. Provisão direta ao Estado contratante por parte de uma pessoa física ou jurídica residente em outro país.
2. Exportação por meio de terceiros radicados no país que realiza a contratação (seja um representante oficial ou um revendedor independente).[3]
3. Venda por meio de sua filial no país contratante (investimento estrangeiro direto).



Nesse âmbito que combina demanda pública com oferta privada, as transações internacionais se encontram muito mais restritas do que os fluxos comerciais entre atores do setor privado, como consequência das tensões entre as diferentes prioridades que a contratação pública pode ter. Por um lado, visando alcançar objetivos de política econômica (produção, renda, emprego, balanço de pagamentos, desenvolvimento de PMEs, etc.), sociais, de defesa, etc., muitos estados proíbem ou restringem a participação de fornecedores estrangeiros em suas contratações. Os instrumentos utilizados para favorecer os fornecedores nacionais incluem preferências de preços, reservas (*set asides*), requisitos de conteúdo nacional, compensações, obrigação de associação com empresas locais, discriminação de fato relacionada com os custos, as condições de entrada, etc. Deve-se mencionar que, em geral, as barreiras à participação estrangeira se aplicam ao primeiro tipo de participação (provisão de bens ou serviços por parte de não residentes no país contratante) e, nos casos de “compra nacional”, também ao segundo (aquisição de produtos estrangeiros vendidos por residentes). No entanto, a contratação de filiais de empresas estrangeiras radicadas no país que realiza a transação habitualmente não é alcançada pelas restrições. Por outro lado, quando a ênfase está colocada na eficiência na alocação de recursos públicos, costuma-se optar por regimes de contratação pública abertos a fornecedores do mundo todo, em que a concorrência tenda a melhorar a relação custo-benefício das aquisições do Estado. Nesse contexto, alguns países optaram pela liberalização unilateral de seus sistemas de compras, enquanto a abertura das compras governamentais à participação de fornecedores de outros países ganhou relevância nas negociações internacionais, tanto no âmbito da OMC como em muitos acordos comerciais regionais (ACR).[4]

Apesar de a obrigação de tratamento nacional (TN) para a contratação pública estar explicitamente excluída nos acordos gerais da OMC sobre mercadorias[5] e serviços,[6] as compras governamentais são abordadas no âmbito do organismo por três vias: o Acordo plurilateral sobre Contratação Pública (ACP), as negociações sobre a contratação pública em matéria de serviços[7] e o Grupo de Trabalho sobre a Transparência da Contratação Pública (atualmente inativo) (Quadro 1).

Quadro 1. A contratação pública no sistema multilateral de comércio

	AGCS	Grupo de Trabalho sobre a Transparência da Contratação Pública	ACP
Princípios fundamentais	Transparência Não discriminação (possivelmente)	Transparência (não afeta as preferências)	Transparência Não discriminação
Cobertura	Serviços	Práticas de contratação pública	Bens e serviços (incluídos os de construção)
Participação	Multilateral	Multilateral	Plurilateral

Fonte: Rozemberg e Gayá (2012).

O Acordo plurilateral de Contratação Pública da OMC

O ACP é o instrumento mais relevante para a internacionalização das compras governamentais no âmbito da OMC. Foi assinado em 1994 e entrou em vigor dois anos depois, substituindo o Acordo sobre Compras do Setor Público de 1979, cujo alcance era mais limitado. Uma versão revisada do texto do ACP foi acordada em 2012 e entrou em vigência em abril deste ano. O ACP revisado inclui um programa para continuar as negociações para ampliar o âmbito de aplicação do acordo e avançar na eliminação de medidas discriminatórias. ([Acesse o vídeo apresentação de KodjoOsei-Lah, OMC](#)).

O ACP busca promover o acesso aos mercados de contratação pública, otimizar a relação custo-benefício das compras governamentais e melhorar a governança relacionada com essas transações. O acordo se baseia em três princípios fundamentais: não discriminação (tratamento de nação mais favorecida – NMF[8]- e TN[9]), transparência e equidade no processo.

O ACP proíbe o uso de compensações (prescrições sobre conteúdo nacional, licenças para utilizar tecnologia, investimentos, etc.) para fomentar o desenvolvimento ou melhorar o resultado da balança de pagamentos nas contratações incluídas nos compromissos. No momento de aderir ao ACP, os países em desenvolvimento (PED) podem negociar condições para o uso de compensações, desde que só sejam utilizadas como classificação para participar do processo de contratação e não como critérios para a adjudicação de contratos. Além disso, os PEDs podem se beneficiar de assistência técnica, tratamento especial e diferenciado para os países menos adiantados, etc.

Boxe 2. Principais mudanças introduzidas pelo ACP revisado

- Simplificação de disposições para facilitar sua compreensão e aplicação.
- Ajustes para contemplar melhor as ferramentas de *e-procurement*.
- Maior flexibilidade para autoridades contratantes (menores prazos para anúncios quando são usadas ferramentas eletrônicas e para contratação de bens e serviços de tipos disponíveis no mercado comercial).
- Disposições para fortalecer a boa governança e a luta contra a corrupção.
- Revisão e melhora das medidas de transição para novos membros em função de suas necessidades específicas de desenvolvimento (tratamento especial e diferenciado).
- Além disso, vários grupos começaram os seus trabalhos para buscar avanços adicionais em matéria de participação de MiPMEs, sustentabilidade, segurança, etc.
- Ampliação da cobertura do acordo: mais de 500 novas entidades, maior número de bens e serviços, redução de patamares e eliminação de exceções por parte de alguns países.

Fonte: Osei-Lah (2014) e Pelletier (2014b).

Existem duas vias para garantir o cumprimento do ACP: o mecanismo de recurso interno em nível nacional e o mecanismo de solução de divergências da OMC no plano internacional. Deve-se destacar que o ACP é plurilateral (diferente de outros acordos da OMC - como o GATT ou o AGCS - que são multilaterais), razão pela qual só foi assinado por alguns membros da OMC. Na atualidade o ACP conta com 43 membros e 28 países participam em caráter de observadores. Embora neste grupo dez países estejam negociando seu acesso e cinco tenham se comprometido a fazê-lo, a condição de observador não implica compromissos nem obrigações, nem pressupõe a adesão futura ao ACP. Como se observa no mapa, nenhum país da ALC faz parte do ACP e só quatro deles (Argentina, Chile, Colômbia e Panamá) participam como observadores.

Mapa 1. ACP: Países que fazem parte do acordo, que estão negociando sua adesão ou se comprometeram a fazê-lo e que participam como observadores. Clique [AQUI](#) para ver a versão interativa. (Fonte: Elaboração própria com dados da OMC).

O ACP tem alcance limitado, não só em termos de países, mas também das transações que abrange. De acordo com Pelletier (2014a), o mercado de contratação pública compreendido no ACP equivale a aproximadamente 2,5% do PIB global, ou seja, entre a sexta e a quarta parte do total mundial.

Os benefícios do acordo se aplicam a uma transação se, e apenas se:

- A *entidade contratante* está incluída nos anexos 1 (entidades do governo central), 2 (entidades de governos subcentrais) ou 3 (outras entidades).[10]
- O *objeto* da aquisição está previsto nos anexos 4 (bens), 5 (serviços) ou 6 (serviços de construção)[11] e não excluído no anexo 7.
- O *montante* da transação supera o patamar mínimo estabelecido para esse tipo de transações realizadas pela entidade correspondente.

É necessário levar em conta que o alcance das provisões varia de um país para outro. Por exemplo, em termos das entidades contratantes, os Estados Unidos incluem as contratações de só 37 estados, enquanto o acordo se aplica às compras de todas as províncias canadenses. Além disso, o montante mínimo a partir do qual se incluem as contratações de obras no Japão é inferior ao patamar da maioria dos países no caso do governo central, e muito superior no dos governos subcentrais.[12]

Assim, a participação no acordo não implica a abertura irrestrita do sistema de contratação, já que não impede seus membros de utilizar preferências para favorecer os fornecedores nacionais, como tem acontecido no contexto da última crise internacional. Alguns exemplos disso são os requerimentos do *Buy American Act* do governo federal dos Estados Unidos, e regulações do tipo *Buy-In-State* ou *Buy American* de alguns governos estaduais (BERLINSKI *et al.*, 2011).

Compras governamentais nos acordos comerciais regionais

Apesar de até hoje poucos países participarem do ACP, são muitos os que assumiram compromissos em matéria de contratação pública no âmbito do ACR. A proliferação de negociações bilaterais ou regionais de acordos cada vez mais profundos acentuou essa tendência durante a última década, envolvendo numerosos países da ALC.

De acordo com Pelletier (2014c), 55% dos ACRs informados à OMC incluem algum tipo de disposição sobre contratação pública. Dentro desse grupo, 56% só contemplam aspectos gerais sem compromissos de cobertura, enquanto 24% dos ACRs têm disposições detalhadas sobre compras governamentais relativamente similares às do ACP (TN, NMF, proibição de compensações, solução de controvérsias, etc.). Estes tratados geralmente envolvem membros do acordo plurilateral entre si (com concessões mais amplas) ou com terceiros países, embora também existam compromissos em matéria de contratação pública entre países que não assinaram o ACP, como é o caso de alguns latino-americanos.

A contratação pública na América Latina

Durante a última década, foram registrados importantes avanços nos sistemas de contratação pública dos países latino-americanos, motivados por fatores tais como a participação de algumas economias da região em ACR com provisões sobre compras governamentais, o desenvolvimento de novas tecnologias e a busca de maior transparência. Os principais progressos incluem mudanças regulatórias, modificações institucionais, novas modalidades de contratação, a profissionalização



dos funcionários responsáveis pelo processo, inteligência de mercados, incentivos para as MiPMEs, etc., e se orientam para melhorar a transparência, a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade das compras governamentais (LAGUADO, 2014).

Como foi apontado antes, nenhum país da região é signatário do ACP, mas vários assumiram compromissos sobre contratação pública no âmbito do ACR. Em alguns casos, como o do Chile ou de alguns países centro-americanos, o sistema de contratação é aberto à concorrência internacional, embora também tenham assinado acordos nesse âmbito. Em outros, como o do México, existem processos de contratação reservados para fornecedores residentes, outros que permitem a participação estrangeira no âmbito de tratados comerciais e outros abertos a ofertantes do mundo todo. No caso do Mercosul, alguns países (Argentina, Brasil) restringem a participação externa mediante preferências para fornecedores locais. De qualquer forma, existe um acordo sobre contratação pública do bloco que nunca foi implementado e se encontra em processo de renegociação. Deve-se mencionar, no entanto, que em quase toda a região existem esquemas de estímulo para MiPMEs e outros atores vulneráveis. ([Acesse a entrevista de Ana Edelmira Montejo de Molina, Jefa de la Unidad Normativa de Adquisiciones y Contrataciones de la Administración Pública \(UNAC\), El Salvador](#)).

Internacionalização, sim ou não?

A abertura da contratação pública à participação internacional pode implicar importantes benefícios para um país. É possível que a maior concorrência entre os fornecedores permita ao Estado melhorar a relação custo-benefício de suas aquisições, a partir de preços menores e maior variedade e qualidade dos bens, serviços e obras. As melhoras no fornecimento dos bens públicos favorecem a sociedade civil, que também pode se beneficiar caso a maior eficiência da contratação pública exija menos recursos e, portanto, se traduzir em impostos mais baixos. Além disso, a abertura das contratações de outros países melhora as oportunidades de acesso a esses mercados para as empresas nacionais.

No entanto, a internacionalização da contratação pública implica grandes desafios que não devem ser subestimados. Primeiro, a adaptação dos sistemas nacionais de contratação aos compromissos no ACP ou nos ACRs pode implicar modificações regulatórias e institucionais complexas e caras. Segundo, é limitada a margem de ação dos governos para utilizar as compras governamentais com objetivos de políticas públicas. Terceiro, a abertura à concorrência internacional pode deslocar do mercado fornecedores nacionais menos competitivos, entre eles alguns atores mais vulneráveis (ex. MiPMEs).

Em síntese, a decisão de assumir compromissos em matéria de abertura da contratação pública deve ser avaliada cuidadosamente por cada país, levando em conta suas prioridades com relação a eficiência, transparência e objetivos de políticas públicas. ([Acesse a entrevista de Prof. Daniel Gordon, Senior Adviser, Government Procurement Law Program, George Washington University, Law School](#)).

Bibliografía

BERLINSKI, Julio; FERREIRA COIMBRA, Natalia; LABRAGA, JUAN Y VAILLANT, Marcel. “Compras públicas en Sudamérica: ¿Hay espacio para la convergencia de los acuerdos?”. In: ROZENWURCEL, Guillermo; BEZCHINSKY, Gabriel (Comp.). [*Compras públicas: costos y beneficios de los procesos de integración regional en el marco de los tratados de libre comercio*](#). Buenos Aires: UNSAM-IDRC, 2011.

GORDON, Daniel. 2014. [“Importancia de la contratación pública para el desarrollo y el comercio, competencia, gobernanza, optimización de los recursos y dimensión internacional”](#). Apresentação no workshop regional avançado da OMC-BID/Intal sobre contratação pública para os países da América Latina. Buenos Aires, jul. 2014.

LAGUADO, Roberto. [“Transparencia, eficiencia, sostenibilidad y eficacia en el sector público. Avances en las compras públicas en América Latina y el Caribe 2002-2012”](#). Apresentação no workshop regional avançado da OMC-BID/Intal sobre contratação pública para os países da América Latina. Buenos Aires, jul. 2014.

OSEI-LAH, Kodjo. 2014. [“El ACP revisado en un contexto mundial cambiante: disciplinas básicas, entrada en vigor del acuerdo revisado y consideraciones de política general para economías de América Latina”](#). Apresentação no workshop regional avançado da OMC-BID/Intal sobre contratação pública para os países da América Latina. Buenos Aires, jul. 2014.

PELLETIER, Philippe. [“Evaluación de los posibles beneficios en materia de acceso a los mercados que se derivan de la adhesión al ACP”](#). Apresentação no workshop regional avançado da OMC-BID/INTAL sobre contratação pública para os países da América Latina. Buenos Aires, jul. 2014a.

----- [“Ámbito de aplicación del ACP: principales mejoras del ACP revisado y presentación de la herramienta e-GPA \(información en línea sobre acceso a los mercados\)”](#). Apresentação no workshop regional avançado da OMC-BID/Intal sobre contratação pública para os países da América Latina. Buenos Aires, jul. 2014b.

----- [“La contratación pública en los acuerdos comerciales regionales: resultados de un estudio práctico, avances más recientes e implicaciones para el ACP”](#). Apresentação no workshop regional avançado da OMC-BID/Intal sobre contratação pública para os países da América Latina. Buenos Aires, jul. 2014c.

ROZEMBERG, Ricardo; GAYÁ, Romina. “La dimensión internacional de la contratación pública”. In: ROZENWURCEL, Guillermo; BEZCHINSKY, Gabriel (Comp.). [*Compras públicas en América Latina y el Caribe: Diagnóstico y desafíos*](#). Buenos Aires: UNSAM-IDRC, 2012.

----- *Los regímenes de compras públicas: entre la apertura a la competencia y la protección de los intereses nacionales*. Mimeo.

[1] Este texto foi preparado pela consultora Romina Gayá.

[2] Fonte: OMC.

[3] Por exemplo, aquisição de equipamentos de informática fabricados em outro país de uma empresa revendedora local.

[4] Veja mais em Rozemberg e Gayá (2012) e Rozemberg e Gayá (*Mimeo*). Deve-se mencionar que estas negociações sobre contratação pública envolvem fornecimento transfronteiriço (os primeiros dois tipos de participação estrangeira). As compras a sucursais locais de empresas estrangeiras em geral não se encontram restritas e seu tratamento faz parte dos acordos ou capítulos sobre investimentos.

[5] Veja o parágrafo 8 (a) do artigo III do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês).

[6] Veja o parágrafo 1 do artigo XIII do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS).

[7] O parágrafo 2 do artigo XIII do AGCS estabelece o mandato para negociar multilateralmente este tema, mas ainda não existe consenso sobre o alcance dessas negociações (se devem incluir, ou não, o tratamento de nação mais favorecida (NMF), TN e acesso a mercados, etc.). Fonte: OMC.

[8] Condições iguais de tratamento para os fornecedores (atuais ou potenciais) de todos os países-membros do acordo.

[9] Condições iguais de tratamento para os fornecedores (atuais ou potenciais) do país contratante e de outros países-membros.

[10] Ou não excluída no caso dos países que utilizam listas negativas.

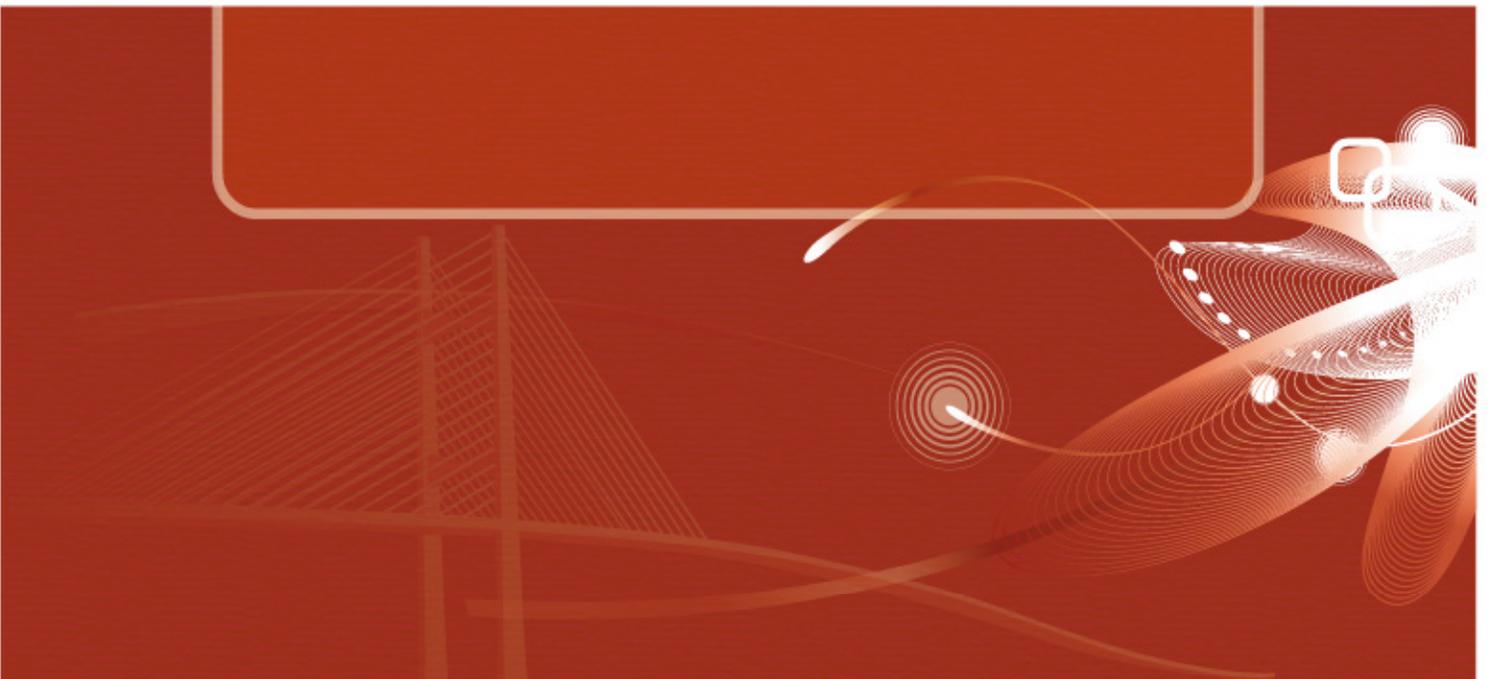
[11] Ou não excluído no caso dos países que utilizam listas negativas.

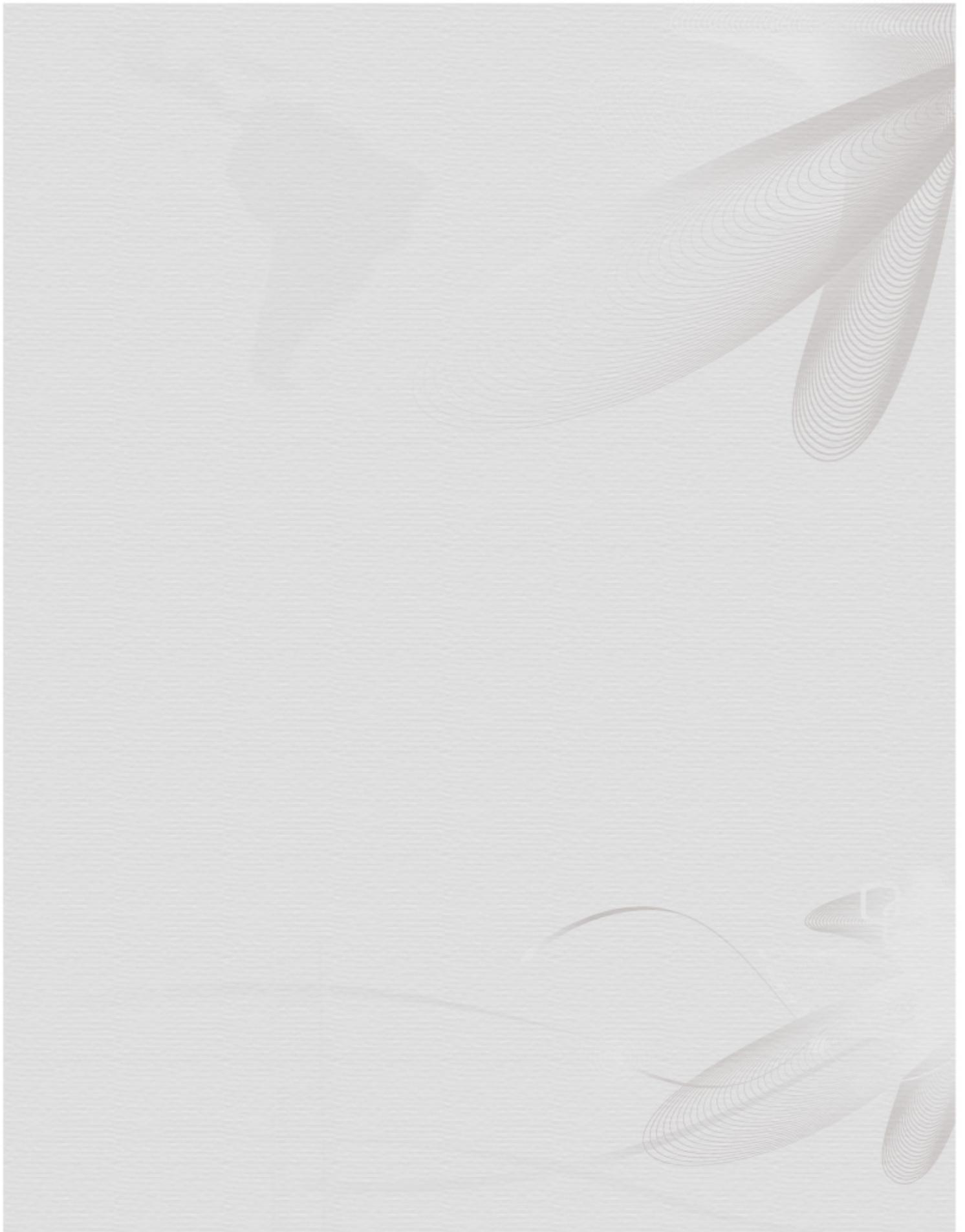
[12] Fonte: OMC.





Blocos de Integração







Alianza del Pacífico

Aliança do Pacífico: Guichê Único do Comércio Exterior e Turismo

No dia 22 de julho realizou-se em San Isidro, Peru, a conferência internacional “Guichê Único de Comércio Exterior (VUCE, sigla em espanhol): Mecanismo de facilitação de Comércio e Integração Regional”. Participaram do evento especialistas e autoridades vinculados com os VUCEs dos países integrantes da Aliança do Pacífico, para acelerar a agenda de trabalho que deverão empreender para cumprir o mandato de sua interoperabilidade no âmbito da iniciativa. Com isso procura-se facilitar o desempenho comercial dos exportadores e importadores e potencializar o comércio intrarregional. A ministra de Comércio Exterior e Turismo do Peru [destacou](#) que no seu país foram incorporados todos os procedimentos administrativos de 15 entidades públicas ao componente de mercadorias restritas do VUCE, conseguindo evitar deslocamentos físicos para fazer trâmites, eliminar o uso do papel, reduzir os tempos destinados a eles pelas empresas e o tempo de atendimento dos expedientes recebidos.

Cabe ressaltar que o BID vem apoiando a implementação do VUCE no Chile e na Colômbia, e à AP na sua interoperabilidade.

Nos dias 23 e 24 de julho foi realizada em Cali, Colômbia, a [primeira macrorrodada de turismo da Aliança do Pacífico](#), com o objetivo de gerar oportunidades de negócio a partir de uma estratégia de promoção turística conjunta. Organizada pela Proexport Colômbia, o evento reuniu os organismos públicos de turismo dos quatro países e empresários emissores e receptores do setor. Segundo cifras da Organização Mundial do Turismo (OMT), 32,7 milhões de turistas visitaram os países da Aliança do Pacífico em 2013. Espera-se que esse número aumente a partir do esforço conjunto dos países.

Plano Estratégico da Caricom

Como foi mencionado na [Carta Mensal INTAL Nº 215](#), a Caricom aprovou em julho passado seu primeiro Plano Estratégico 2015-2019, que tem como objetivo reposicionar o organismo no contexto internacional e identificar as prioridades e atividades necessárias para enfrentar os desafios atuais.

A origem do Plano se remete ao 40º aniversário da Caricom, quando os países-membros expressaram a necessidade de reorientar e reorganizar o organismo. Posteriormente, na 33ª Cúpula de Chefes de Estado, realizada em 2012, decidiu-se criar um novo Plano Estratégico e reformar a Secretaria da Caricom.

O Volume 1 do [Plano Estratégico](#), recentemente publicado, faz uma síntese executiva do documento, no qual se procura dar uma resposta aos desafios do contexto internacional e regional. Por um lado, revela que uma das consequências principais da crise econômica e financeira mundial de 2008 é a redução dos fluxos externos de capital público e privado.

A isso se soma a crescente importância dos mega-acordos[1], como o Acordo Transpacífico (TPP, sigla em inglês) e a Associação Transatlântica para o Comércio e o Investimento (TTIP, sigla em inglês), que poderiam produzir uma mudança nas regras de jogo da produção e do comércio, e dos quais os países da Caricom não fazem parte.

Por outro lado, do ponto de vista regional, destaca-se que a produção e o comércio entre os países da Caricom permaneceram abaixo das expectativas entre os países do Caribe. Nesse contexto, o documento destaca a importância de os países trabalharem em conjunto para resolver seus desafios de escala para melhorar a produtividade.

Além disso, os crescentes riscos das mudanças climáticas representam um desafio adicional para os países do Caribe. Apesar de a região contribuir com menos de um 1% das emissões de gases de efeito estufa, os países da região sofreram durante a última década as consequências nocivas das mudanças climáticas, que foram no sentido contrário das conquistas alcançadas no seu processo de desenvolvimento.

O Plano propõe os principais objetivos para 2019, e uma estratégia integral e coordenada entre os países-membros, órgãos e instituições da Caricom. Os volumes 2 e 3, que ainda não foram divulgados, consistirão no Plano em sua versão completa e apêndices técnicos, respectivamente.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Caricom reforma sua Secretaria](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 187*, março de 2012.
- BID-INTAL. "[33ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Caricom](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 191*, julho de 2012.
- BID-INTAL. "[Caricom aprova seu primeiro Plano Estratégico](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 215*, julho de 2014.

[1] Veja BID-INTAL. "[Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?](#)", em: *Carta Mensal INTAL N° 204*, agosto de 2013.

Primeira Cúpula Caricom-Japão

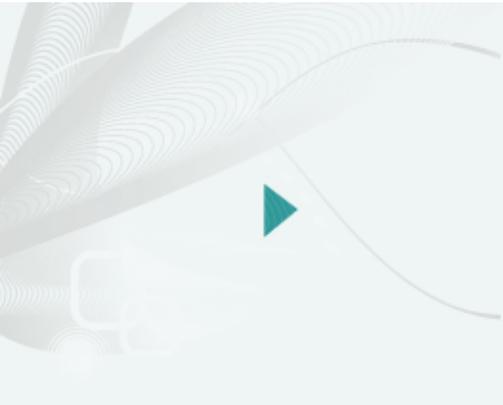
No dia 28 de julho foi realizada em Port of Spain, Trinidad e Tobago, a [Primeira Cúpula da Caricom e do Japão](#). A [Declaração do Primeiro-Ministro do Japão](#), Shinzo Abe, destacou as características comuns entre o bloco e o seu país a partir do fato de estarem rodeados pelo mar. Além disso, apontou que o Japão atribui grande importância à cooperação com os países do Caribe em três temas principais:

1. Promover o desenvolvimento sustentável, incluindo a superação de vulnerabilidades dos pequenos estados insulares. Sobre isso, ele se comprometeu a participar ativamente da Conferência Internacional dos Pequenos Estados Insulares que será realizada de 1º a 4 de setembro em Samoa.
2. Aprofundar e expandir os laços de cooperação e amizade, entre os quais se destacam as ações para fortalecer o turismo entre as duas regiões.
3. Cooperar para enfrentar os problemas da comunidade internacional, especialmente em matéria de mudanças climáticas, na formulação de uma agenda de desenvolvimento *post-2015* para os Objetivos do Milênio, e na redução do risco de desastres naturais.



Caricom e Turquia fortalecem relações de cooperação

Reunidos em Istambul, Turquia, os ministros das Relações Exteriores de países da Caricom e da Turquia acordaram no dia 18 de julho fortalecer as áreas de cooperação existentes e explorar novas áreas de integração entre ambos. O [Acordo de Istambul](#) reafirma a vontade de fortalecer o comércio e os investimentos entre as partes e abre a possibilidade de um Acordo de Livre Comércio entre elas no futuro.



América Central

América Central quer se aproximar do Mercosul

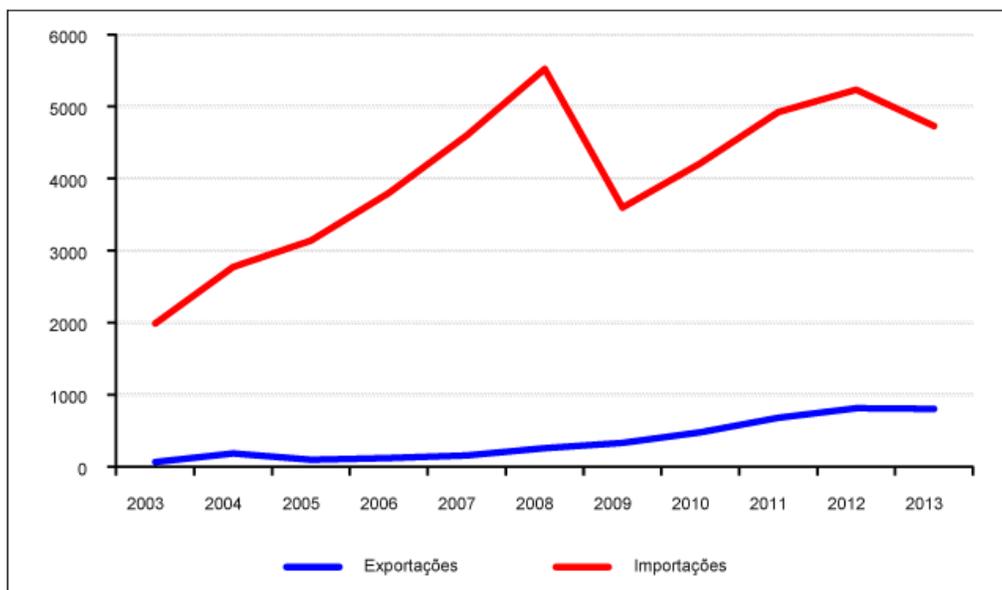
O presidente de El Salvador, Salvador Sánchez Cerén, e o vice-presidente da Nicarágua, Omar Hallelevens, participaram em Caracas, Venezuela, da [Cúpula de Chefes e Chefes de Estado do Mercado Comum do Sul \(Mercosul\)](#). De acordo com as [declarações](#) do chanceler salvadorenho, Hugo Martínez, a visita se enquadra no processo de fortalecimento dos vínculos econômicos e comerciais do Sistema de Integração Centro-Americana (Sica) – integrado por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana – com o bloco sul-americano, integrado pela Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

De 2003 a 2012, as exportações do Sica para o Mercosul foram de US\$ 803 milhões, enquanto as importações atingiram US\$ 4,731 bilhões, com um comércio birregional amplamente deficitário para o Sica. Em 2013 foi registrada uma queda tanto das exportações (-1,3%) quanto das importações (-9,6%) (Gráfico 1).

A Nicarágua é a origem de 47,7% dos envios do Sica para o Mercosul, destinados principalmente à Venezuela (85% das compras do bloco sul-americano feitas ao Sica). Por sua vez, República Dominicana, Guatemala e Costa Rica têm uma participação de cerca de 14% cada uma nas vendas do Sica ao Mercosul. No caso das importações, a República Dominicana absorve 45,7% das compras centro-americanas ao Mercosul, seguida pela Costa Rica, El Salvador e Guatemala. O Brasil e a Venezuela são as principais origens das compras do Sica feitas ao bloco, representando cada um 36,4% do total, enquanto a Argentina fornece 18,7%.

Gráfico 1. Evolução do comércio do Sica com o Mercosul*

US\$ milhões



Obs.: * A Venezuela está incluída durante todo o período, apesar de sua incorporação como membro pleno do Mercosul ter se concretizado no final de 2012. Fonte: Elaboração própria com dados do DataIntal.

No tocante à composição do comércio (Quadro 1), nas exportações centro-americanas para o Mercosul destacam-se a carne bovina congelada (quase um quinto do total), açúcar, café, óleo de soja e de palma. Deve-se mencionar que estes cinco primeiros produtos têm como destino quase exclusivo a Venezuela. Nas importações pelo Sica do bloco sul-americano destacam-se o petróleo venezuelano (aproximadamente um terço do total, se considerados o óleo cru e os demais óleos de petróleo), milho (12,3%, principalmente da Argentina e do Brasil), medicamentos (especialmente uruguaios, argentinos e, em menor escala, brasileiros) e óleo de soja argentino.

Quadro 1. Composição do comércio do Sica com o Mercosul

Participação no total, em %. Dados de 2013

Exportações		Importações	
Carne bovina congelada	19,3%	Óleo de petróleo (cru)	21,2%
Açúcar	15,9%	Óleo de petróleo (excl. cru)	12,8%
Café	7,8%	Milho	12,3%
Óleo de soja	5,1%	Medicamentos	5,3%
Óleo de palma	4,3%	Óleo de soja	4,2%
Outros	47,6%	Outros	44,2%

Fonte: Elaboração própria com dados do DataIntal.

Relançamento da interconexão elétrica entre Panamá e Colômbia

Os presidentes do Panamá e da Colômbia, Juan Carlos Varela Rodríguez e Juan Manuel Santos Calderón, se [reuniram](#) na capital panamenha, onde discutiram diversos assuntos relevantes para a integração bilateral, como comércio, investimentos e migrações.

Um dos aspectos mais relevantes do encontro foi o relançamento do Projeto de Interconexão Elétrica entre os dois países, com a nomeação das autoridades que se encarregarão de colocar em andamento os trabalhos previstos no roteiro do projeto.

A integração energética entre a Colômbia e o Panamá faz parte de um processo regional mais ambicioso, o Sistema de Interconexão Elétrica dos Países da América Central ([Siepac](#)) no âmbito do [Projeto Mesoamérica](#), cujo objetivo é a construção de uma rede de transmissão elétrica de 1.790 km de extensão que permita unir os sistemas elétricos da região, incluindo o istmo, o México e a Colômbia. A conformação de um Mercado Elétrico Regional (MER), em que os países da região possam comprar e vender seus excedentes de energia, busca reduzir os custos, criando economias de escala e promovendo maior concorrência entre as empresas de geração. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), junto com outros organismos internacionais, contribui para o financiamento desses projetos.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Projeto Mesoamérica: interconexões elétricas”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 178*, junho de 2011.
- BID-INTAL. [“Interconexão elétrica e diversificação da matriz energética centro-americana”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 203*, julho de 2013.

Prioridades da integração centro-americana no segundo semestre

Os países da América Central definiram recentemente as prioridades para avançar nos diversos níveis do processo de integração regional no período de julho a dezembro de 2014.

Por um lado, no âmbito do **Sistema de Integração Centro-Americana (Sica)**, foi estabelecido um [Plano de Trabalho Setorial](#) por meio da formação de cinco mesas de trabalho que correspondem aos pilares do processo de integração: mudanças climáticas e prevenção de desastres; integração social; integração econômica; segurança democrática; e fortalecimento institucional.

Além disso, em um encontro da Comissão de Secretarias do Sica foram definidas as [prioridades](#) de trabalho para a presidência *pro tempore* (PPT) de Belize durante o segundo semestre de 2014, que incluem: a promoção da Agenda do Desenvolvimento *Post-2015*; o fortalecimento dos vínculos com o Caribe; a cooperação sobre mudanças climáticas e energias renováveis; e o diálogo com o setor privado para revisar o avanço da matriz de obstáculos ao comércio intrarregional, entre outros temas.

Também se deve destacar a incorporação de novos temas ao Programa de Trabalho do Conselho Agropecuário Centro-Americano, entre eles ações regionais em matéria de sanidade agropecuária e inocuidade dos alimentos, abordagem conjunta de fenômenos que afetam a região – como o El Niño e a *roya* do café –, desenvolvimento de cadeias de valor no setor agropecuário, responsabilidade social empresarial quanto a desenvolvimento regional, reconfiguração do setor para aproveitar o mercado europeu, competitividade e facilitação do comércio, etc.

Por outro lado, no âmbito do **Subsistema de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca)**, a PPT da Nicarágua apresentou seu [Plano de Trabalho](#) para o período de julho a dezembro de 2014. Entre outros temas, estão previstos encontros para analisar a evolução e continuar avançando na conformação da união alfandegária, progressos em aspectos pendentes da implementação do Acordo de Associação América Central-União Europeia e a negociação dos compromissos decorrentes do Protocolo de Incorporação do Panamá ao Sieca.

Panamá: Exame da política comercial

A Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou o [exame da política comercial](#) (EPC) do Panamá, no qual em linhas gerais se fez uma avaliação positiva dos resultados obtidos pelo país centro-americano em matéria de crescimento econômico, integração no comércio mundial e investimento estrangeiro direto (IED), destacando a contribuição para esse desempenho das políticas comerciais e de investimento abertas, especialmente as atividades do Canal do Panamá e da Zona Livre de Colón (Zolicol).

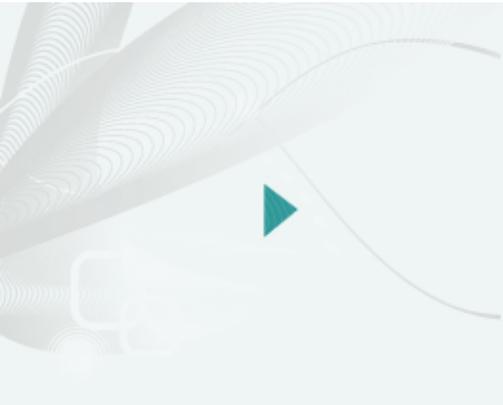
No entanto, o EPC aponta que o país deve aprofundar esforços para fortalecer e ampliar os vínculos desses dois setores com os demais setores da economia.

Quanto a negociações comerciais, o relatório da OMC ressalta o compromisso do Panamá com o sistema multilateral, sua participação em iniciativas plurilaterais, como o Acordo sobre Tecnologia da Informação, e o uso ativo dos acordos comerciais regionais.

O EPC destaca as reformas legislativas relacionadas com a adequação do marco regulatório aos compromissos internacionais (concorrência, contratação pública, propriedade intelectual, regime de zonas francas, regulamentação da telefonia móvel), assim como a adoção de medidas de facilitação do comércio: modernização de procedimentos alfandegários, guichê único para as exportações (o qual foi implementado com [apoio do BID](#)) e sistema de operador econômico autorizado.

Entre os temas que o EPC aponta como prioritários para o trabalho futuro destacam-se a necessidade de evitar que as tarifas aplicadas sobre alguns produtos superem os níveis consolidados, a eliminação de impostos que discriminam os combustíveis importados em relação aos nacionais, a melhora da transparência relativa a obstáculos técnicos ao comércio e medidas sanitárias e fitossanitárias, a ampliação das informações sobre as operações da Zolicol, o reforço da supervisão bancária e a redução de certas barreiras ao IED. Por sua vez, o Panamá explicou as medidas que está adotando sobre cada um desses pontos.

O Mecanismo de Exame das Políticas Comerciais é uma peça fundamental no trabalho da OMC e todos os países-membros do organismo estão sujeitos a essas revisões periodicamente. Embora grande parte do relatório seja elaborada pela Secretaria da OMC, é o Conselho Geral – ou seja, todos os países membros - o principal responsável pelo EPC.



Comunidade Andina

Equador fecha acordo comercial com a União Europeia

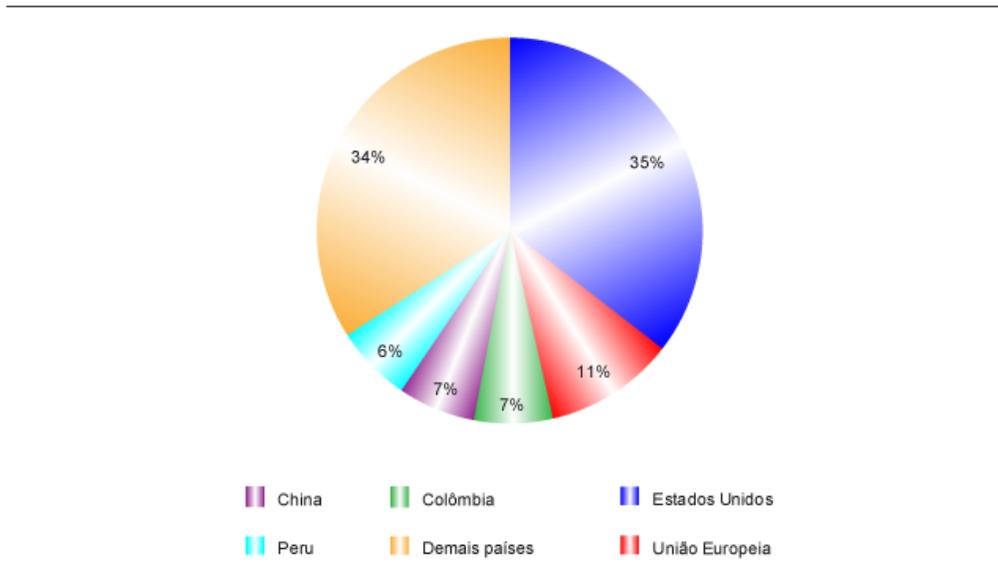
No dia 17 de julho, o Equador e a União Europeia (UE) concluíram as negociações de um acordo de associação, que agora entra em processo de revisão legal para depois ser ratificado pelas partes para entrar em vigor. Com o acordo, o Equador começará a fazer parte do Acordo Comercial Multipartes que a Colômbia e o Peru têm com a UE.

Cabe lembrar que as negociações entre esses países e a UE tiveram início em 2007, quando começou a ser discutida a possibilidade de um acordo entre a CAN e a UE. No entanto, a falta de uma posição comum entre os países do bloco andino levou à suspensão das negociações birregionais. Em uma primeira instância o Equador, a Colômbia e o Peru continuaram negociando de forma independente, enquanto a Bolívia se retirou das negociações. Depois, em 2008, o Equador também abandonou as negociações por divergências com a UE sobre segurança social e direitos trabalhistas de migrantes legalmente empregados na UE, o conflito em torno da banana, a política equatoriana de “compra nacional” e os acordos bilaterais de investimentos com países europeus. As negociações Equador–UE só foram retomadas em 2010.

A UE é o segundo sócio comercial do Equador depois dos Estados Unidos (Gráfico 1), representando cerca de 11% do total de exportações e importações.

Gráfico 1: Principais sócios comerciais do Equador

Em % do total

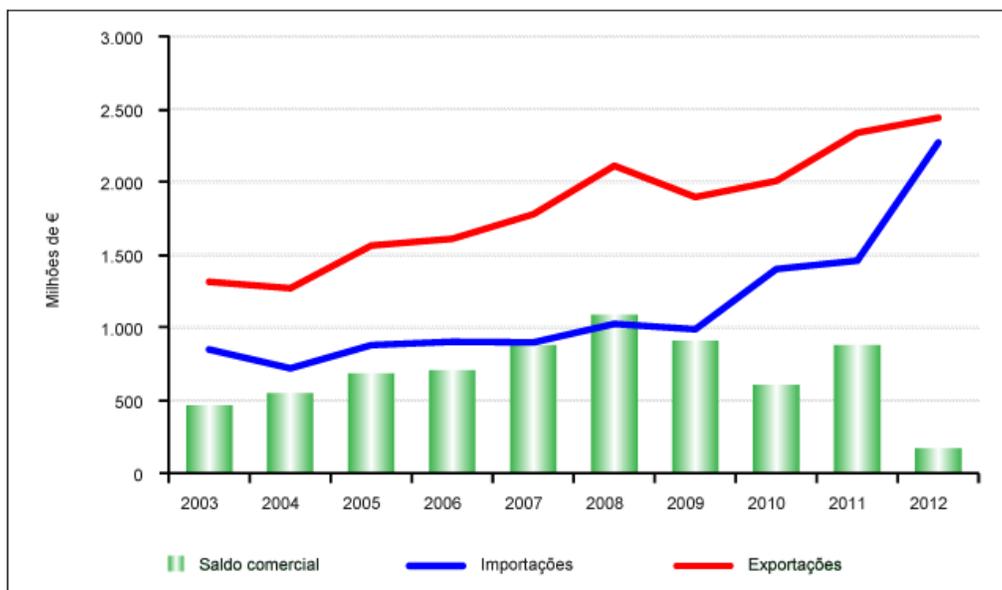


Fonte: Comissão Europeia.

Entre 2003 e 2012, as exportações do Equador para a UE aumentaram em um ritmo anual acumulativo de 7%, enquanto as importações cresceram em média 12% a.a. O comércio bilateral é superavitário para o Equador; em 2012 o excedente foi de US\$ 171 milhões.

Gráfico 2: Comércio entre o Equador e a União Europeia

Milhões de €



Obs.: Baseado em dados informados pela União Europeia. Fonte: Comissão Europeia.

Quase a totalidade das exportações do Equador para a UE corresponde a produtos primários, destacando-se os produtos pesqueiros (principalmente camarão), banana e petróleo. As compras equatorianas da UE se compõem principalmente de manufaturas (63,3% em 2012), com destaque para maquinaria e produtos químicos.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. [“Concluída oficialmente a disputa pela banana”](#), em: *Carta Mensal INTAL N° 195*, novembro de 2012.
- BID-INTAL. [“Primeira rodada de negociações Equador–União Europeia”](#) em: *Carta Mensal INTAL N° 209*, janeiro de 2014.
- BID-INTAL. [“Segunda rodada de negociações Equador–União Europeia”](#) em: *Carta Mensal INTAL N° 212*, abril de 2014.

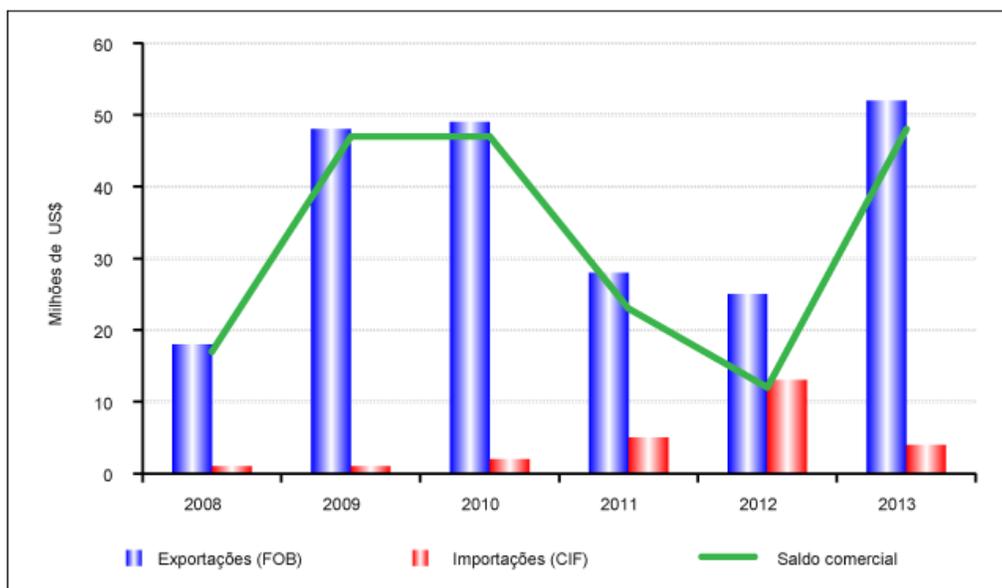
Peru e Honduras tentam fechar acordo comercial

O Peru e Honduras retomaram recentemente as negociações para assinar um tratado de livre comércio, que estavam estancadas desde 2012. O Ministério do Comércio do Peru anunciou que foram concluídas as negociações em temas referentes a **facilitação de comércio e procedimentos alfandegários, de cooperação e assistência mútua em assuntos aduaneiros, assim como ao texto sobre normas de origem.**

O intercâmbio comercial entre o Peru e Honduras foi de aproximadamente US\$ 57 milhões em 2013 (Gráfico 1), correspondendo principalmente às vendas peruanas ao país centro-americano (US\$ 53 milhões), em que se destacam petróleo e gás natural, produtos agropecuários, químicos, madeira e papéis. As importações pelo Peru de Honduras somam apenas US\$ 4 milhões e se compõem de têxteis e produtos de papel e papelão.

Gráfico 1: Comércio entre Peru e Honduras

US\$ milhões



Fonte: Elaboração própria com dados do Mincetur.



Na América Central, o Peru conta com acordos comerciais com o Panamá e a Costa Rica, assim como com a Guatemala, que está prestes a entrar em vigência. Por sua vez, para Honduras o TLC com o Peru faz parte da sua estratégia de aproximação comercial com a Aliança do Pacífico: ela já tem acordos com o Chile, Colômbia e México. Conseguir um TLC com o Peru é uma das condições necessárias para se incorporar a esse bloco.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Tratado de Livre Comércio América Central-Peru: Minirrodada de Negociações](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°176*, abril de 2011.
- BID-INTAL. “[Colômbia e Peru em 2012: avanços na agenda comercial externa](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°197*, janeiro de 2013.
- BID-INTAL. “[Honduras reata negociações de um TLC com Peru](#)”, em *Carta Mensal INTAL N° 212*, abril de 2014.



Mercosul

Cúpula do Mercosul: Consolidação de oferta para a UE e outras decisões

No dia 29 de julho foi realizada em Caracas, Venezuela, a 46ª Cúpula de Chefas e Chefes de Estado do Mercosul, a primeira da qual participaram os cinco membros plenos do bloco, após a adesão da Venezuela e o fim da suspensão do Paraguai.

Entre as principais [Decisões](#) adotadas pelo CMC destaca-se a aprovação de três novos projetos do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) (Quadro 1). Os governantes também destacaram os avanços para a implementação do [Banco do Sul](#), em especial a designação dos diretores executivos e o próximo início das suas operações.

Quadro 1. Novos projetos aprovados pelo Focem

Orçamento em milhões de US\$

Projeto		Montante total	Contribuição Focem	Contribuição restante
Intervenções integrais nos prédios de ensino obrigatório nos Departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier		7,93	5,21	2,72 (Argentina)
Recuperação da Rodovia 8 Treinta y Tres-Melo	Trecho I (km 310 ao km 338)	15,59	11,04	4,54 (Uruguai)
	Trecho II (km 366 ao km 393,1)	15,67	11,11	4,56 (Uruguai)
Total		39,19	27,36	11,82

Fonte: Secretaria do Mercosul.

Com o objetivo de contribuir para a redução das desigualdades entre os países-membros, estes se comprometeram a implementar as Decisões CMC N° [33/07](#) (Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias) e N°[19/11](#)(livre trânsito fluvial e terrestre).

No tocante às relações externas, o Conselho do Mercado Comum (CMC) decidiu criar um [Mecanismo de Diálogo Político e Cooperação Econômica e Comercial](#) do Mercosul para promover a constituição de uma Zona Econômica Complementar (ZEC) com Alba-TCP, Caricom e Petrocaribe. Também cabe mencionar que na [reunião do Grupo Mercado Comum \(GMC\)](#), realizada dois dias antes da cúpula presidencial, o Paraguai propôs acelerar os cronogramas de liberalização do comércio com os países da Comunidade Andina de Nações (CAN) previstos nos Acordos de Complementação Econômica (ACE) N° [58](#) e [59](#)(Mercosul-Peru e Mercosul-CAN, respectivamente). Estes temas, da mesma maneira que o relacionamento com a Aliança do Pacífico, farão parte da agenda de trabalho do GMC.

Negociação Mercosul-UE

Um dos aspectos mais relevantes da Cúpula do ponto de vista comercial é a consolidação de uma oferta comum para apresentar à União Europeia (UE), no âmbito da negociação de um acordo de associação entre os dois blocos.

Estas negociações começaram em 2000 (embora existissem conversações bilaterais anteriores) e foram suspensas em 2004 devido à impossibilidade de aproximar as posições sobre alguns assuntos. Apesar de as negociações terem sido reatadas em meados de 2010, os progressos foram

limitados pelas grandes diferenças entre as posições dos dois blocos: o Mercosul procura que a UE melhore sua oferta agropecuária (acesso a mercados e subvenções), enquanto a UE demanda maior abertura industrial, de serviços e de compras governamentais.

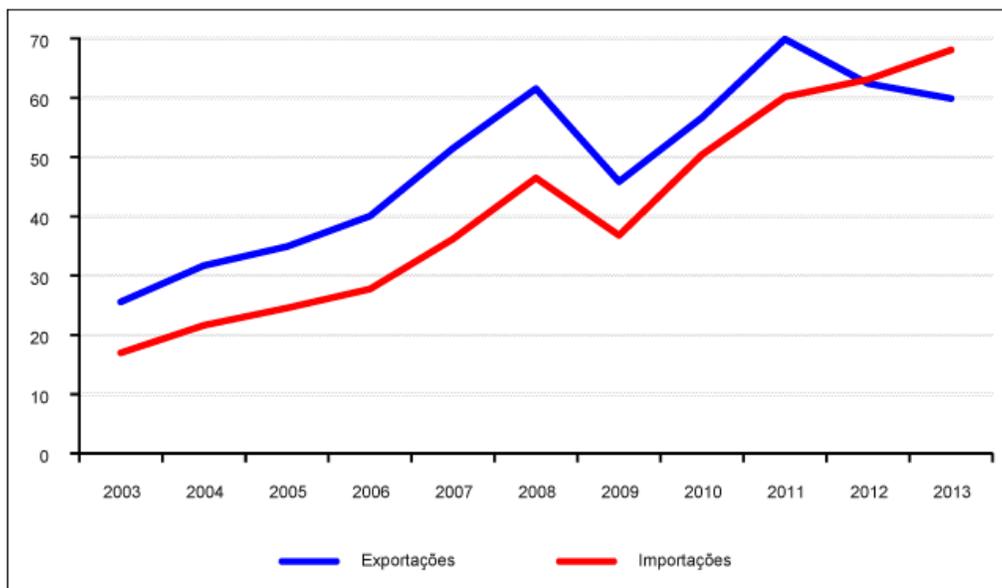
Deve-se destacar que estas negociações só envolvem os membros fundadores do Mercosul, já que a Venezuela não participa das mesmas.

Durante o último biênio, o comércio desses quatro países com a UE perdeu dinamismo como consequência da crise europeia e do menor crescimento das economias do Mercosul.

Em 2012 e 2013 as compras do bloco sul-americano à UE cresceram a um ritmo médio de 6,4% a.a. e as exportações do Mercosul para o mercado europeu se reduziram em 7,5% a.a., contrastando com a expansão registrada entre 2003 e 2011 (13,4% a.a. no caso das exportações e 17,1% a.a. no das importações). Com estes resultados, o comércio bilateral, que historicamente havia sido superavitário para o Mercosul, reverteu seu saldo durante os últimos dois anos e em 2013 registrou um déficit de quase US\$ 8,2 bilhões (Gráfico 1).

Gráfico 1. Comércio Mercosul*-União Europeia

US\$ bilhões



Obs.: * A Venezuela não foi incluída porque não participa da negociação birregional. Fonte: Elaboração própria com dados do DataIntal.

Como se observa no Quadro 2, o padrão de comércio entre o Mercosul e a UE é interindustrial: as exportações do bloco sul-americano se concentram em produtos baseados em recursos naturais, enquanto nas da UE predominam as manufaturas.

Quadro 2. Composição do comércio Mercosul*-União Europeia

Participação no total. Dados de 2013.

Exportações			Importações		
1	Pellets de soja	13,9%	1	Autopeças	6,5%
2	Minério de ferro e seus concentrados	10,4%	2	Óleos de petróleo (exc. crus)	6,3%
3	Grãos de soja	6,2%	3	Medicamentos	3,8%
4	Café	4,1%	4	Carros	3,6%
5	Plataformas petrolíferas	3,9%	5	Sangue, antissoros e produtos imunológicos	3,4%
6	Pasta de celulose	3,4%	6	Gás natural	2,2%
7	Minério de cobre e seus concentrados	3,2%	7	Inseticidas, fungicidas, herbicidas	1,8%
8	Óleos de petróleo (exc. crus)	2,9%	8	Compostos heterocíclicos com heteroátomos de carbono	1,8%
9	Sucos de fruta	2,8%	9	Partes de motores	1,4%
10	Petróleo cru	2,7%	10	Máquinas e aparelhos mecânicos	1,2%
	Outros	46,5%		Outros	68,0%

Obs.: * Não está incluída a Venezuela, porque não participa da negociação birregional. Fonte: Elaboração própria com dados do DataIntal.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[As negociações e os acordos de associação entre a América Latina e o Caribe e a UE](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº 165*, maio 2010.
- BID-INTAL. "[Primeira reunião Mercosul-UE depois do relançamento das negociações](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº 167*, julho 2010.
- BID-INTAL. "[Nova rodada de negociações Mercosul-UE](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº 171*, novembro 2010.
- BID-INTAL. "[Sem avanços significativos nas negociações Mercosul-UE](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº176*, abril de 2011.
- BID-INTAL. "[Poucos avanços na negociação Mercosul-UE](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº177*, maio de 2011.
- BID-INTAL. "[Negociações Mercosul-UE](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº179*, julho de 2011.
- BID-INTAL. "[Novas medidas comerciais nos países desenvolvidos impactariam sobre a América Latina](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº179*, julho de 2011.
- BID-INTAL. "[Acompanhamento da agenda interna e externa](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº187*, março de 2012.
- BID-INTAL. "[MERCOSUL-UE: Nova rodada de negociações e fim do SGP](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº195*, novembro de 2012.
- BID-INTAL. "[Como as negociações de mega-acordos influirão na América Latina?](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº204*, agosto de 2013.
- BID-INTAL. "[Cúpula do Mercosul no dia 29 de julho](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº215*, julho de 2014.

China: Convênios bilaterais com países do Mercosul

O presidente de China, Xi Jinping, participou da [6ª cúpula dos Brics](#) e da reunião da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) e assinou acordos com alguns países do Mercosul.

Entre os 20 convênios assinados com a [Argentina](#), cabe destacar os de construção de uma represa hidrelétrica e de barcos de dragagem, assim como acordos sobre transporte ferroviário e agricultura. Além disso, os bancos centrais dos dois países assinaram um acordo de *swap* de moedas locais por um montante equivalente a US\$ 11 bilhões por um prazo de três anos, com o objetivo de facilitar os investimentos chineses na Argentina e fortalecer as reservas internacionais do país sul-americano.[1] Os bancos centrais haviam assinado um [acordo semelhante em 2009](#).

O [Brasil](#), por sua vez, assinou diversos convênios com o país asiático sobre promoção de investimentos de cooperação industrial e tecnologias da informação, aviação civil, energia, finanças, infraestrutura, mineração, tecnologia, agricultura, facilitação para a concessão de vistos de negócios, etc. Também se destaca a venda prevista de 60 aeronaves por parte da Embraer para a China, assim como convênios de cooperação estratégica entre a Eletrobras, Furnas e empresas do país asiático para a construção de uma central hidrelétrica.

A Venezuela assinou com a China vários acordos de cooperação, que se somam aos assinados pelos dois países durante os últimos anos. Petróleo, mineração, agricultura, tecnologia e transporte são alguns dos temas abrangidos nos convênios recentes.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. “[Maior presença da China na economia mundial: os swaps de moedas](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°153*, abril de 2009.
- BID-INTAL. “[6ª Cúpula dos Brics](#)”, em: *Carta Mensal INTAL N°215*, julho de 2014.

[1] Fonte: BCRA.

Temas ambientais e sociais no planejamento dos projetos do Cosiplan

A Metodologia de Avaliação Ambiental e Social com Enfoque Estratégico (Aase)

A [Metodologia Ease](#) é uma das ferramentas promovidas pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) da Unasul: incorpora os temas ambientais e sociais ao planejamento dos projetos de infraestrutura, estimulando o envolvimento da sociedade civil e a participação e o compromisso dos governos nacionais e subnacionais. O objetivo dessa metodologia é identificar ações complementares para potencializar os efeitos positivos e minimizar os impactos negativos dos projetos, considerando o desenvolvimento sustentável dos territórios onde as obras são implementadas. A metodologia se baseia em informação secundária e na avaliação de especialistas e atores-chave, gerando um diálogo construtivo entre os governos dos países envolvidos, e entre a equipe técnica responsável pela aplicação e os atores locais e regionais presentes na área de influência dos projetos.

Aplicação da Metodologia Aase ao projeto “Transporte Multimodal no sistema Laguna Merín e Lagoa dos Patos”

Como parte do Plano de Trabalho 2013 do Cosiplan-IIRSA, completou-se a aplicação da Metodologia Aase ao projeto “Transporte Multimodal no sistema Laguna Merín e Lagoa dos Patos”, e recentemente foi publicado o respectivo relatório. Este é um projeto binacional entre o Brasil e o Uruguai, que faz parte da [Agenda de Projetos Prioritários de Integração \(API\)](#) e da [Carteira de Projetos do Cosiplan](#) (veja [ficha](#) do projeto). Está em fase de execução e sua finalização está prevista para 2015.

O objetivo do projeto é reativar o transporte de carga e passageiros na hidrovía formada pelas lagoas Merín e dos Patos e seus afluentes. O projeto consiste no desenvolvimento do transporte fluvial e lacustre e abrange obras de dragagem, sinalização e balizamento de vias navegáveis, obras conjuntas de levantamento hidrográfico e cartografia, e construção de portos.



A aplicação da metodologia a este projeto deriva em linhas de ação específicas agrupadas em componentes estratégicos, que envolvem aspectos ambientais, sociais, locais, de integração fronteiriça e de planejamento e gestão eficiente das vias fluviais navegáveis.

Principais conclusões do relatório

- Os impactos ambientais diretos do projeto seriam em geral localizados ou temporariamente específicos, enquanto os efeitos indiretos decorrentes do desenvolvimento agropecuário implicariam riscos para a biodiversidade e o uso sustentável dos recursos hídricos e o solo. Para prevenir e administrar esses riscos, devem ser tomadas medidas de modo a planejar e controlar o processo de expansão da fronteira agrícola.
- Considera-se fundamental para o desenvolvimento do projeto a sua apropriação por parte dos atores do território, de modo que reforce a aceitação e a utilização da hidrovía.
- A implementação do projeto impactará um maior intercâmbio de bens, mudanças na produção e novas atividades na área de influência. É fundamental promover relações de integração, complementariedade e inclusão que considerem a condição de território fronteiriço com desigualdades e que permitam aproveitar as oportunidades sem desatender a qualidade de vida da população da região.
- A estratégia de ação proposta é transversal, fortalecendo a coordenação de políticas públicas, que exigem articulação interinstitucional.
- Recomendam-se ações específicas para a gestão eficiente de vias fluviais navegáveis, tais como a melhora dos serviços complementares, a elaboração de um marco normativo sobre o transporte multimodal binacional, entre outros.
- É necessário buscar oportunidades para que os governos locais consigam aproveitar os resultados da aplicação da metodologia, e as propostas geradas possam ser incluídas em suas agendas e seus programas setoriais de desenvolvimento.
- Considerar a possibilidade de estabelecer organicamente, na metodologia Aase, o papel de um Comitê de Acompanhamento integrado pelo Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA, as instituições responsáveis pelo planejamento dos países envolvidos no Projeto Binacional avaliado, e membros da equipe técnica encarregada da sua aplicação.

Encontram-se disponível nos seguintes links o [Resumo Executivo](#), o [Relatório Final](#) e os [Anexos](#). Estes últimos detalham os atores-chave entrevistados, a estrutura das entrevistas, as visitas de campo, workshops binacionais, os indicadores obtidos, entre outras atividades realizadas.

O Transporte de Carga e a Logística na agenda do Cosiplan

Nos dias 5 e 6 de agosto foi realizado em Lima, Peru, o Workshop sobre Transporte de Carga e Logística no âmbito do Plano de Trabalho 2014 do Cosiplan-IIRSA. Participaram do encontro representantes dos países da América do Sul,[1] da Secretaria-Geral da Unasul, da Cepal e do Comitê de Coordenação Técnica da IIRSA.

Os objetivos do workshop foram a troca de experiências e avanços nacionais em transporte de carga e logística, a identificação de linhas de trabalho conjunto no âmbito do Cosiplan e a definição dos próximos passos para a capacitação de funcionários públicos na matéria.

No plano nacional, os funcionários das agências e dos organismos de governo vinculados ao transporte de carga e logística apresentaram suas experiências no desenho e implementação de políticas públicas, e os avanços e desafios em prol da consolidação de um marco institucional nessa área.

No plano regional, os representantes dos países coincidiram em que o transporte de carga e a logística constituem uma área de trabalho importante para o Cosiplan. A região exige ampliar o conhecimento sobre a temática, uma participação ativa dos setores público e privado, e ajustes institucionais que promovam a modernização e a melhora dos sistemas de transporte de carga e logística. Nesse sentido, coincidiram em avançar em duas linhas de trabalho conjunto.

Programa de capacitação para funcionários públicos

Por um lado, os representantes dos países acordaram avançar em um programa de capacitação com o propósito de fortalecer as competências básicas da logística de cargas, tanto nos principais eixos conceituais quanto em alguns instrumentos de gestão. Os destinatários são funcionários em posições de tomada de decisões, de análise e de apoio técnico. O programa será apresentado na 5ª Reunião Ordinária do Cosiplan para sua inclusão no Plano de Trabalho 2015.

Dados e indicadores sobre transporte de carga e logística

Por outro lado, destacou-se a importância de trabalhar em função de uma melhora e atualização da informação sobre transporte de carga e logística, considerando as experiências existentes em nível nacional e regional, e na definição de indicadores que permitam medir o desempenho logístico. O BID colocou à disposição dos países sua ampla experiência nesse campo, destacando-se particularmente o Anuário Estadístico de Logística de Carga e o Observatório Regional de Transporte de Carga e Logística (<http://logisticsportal.iadb.org/>).

O material do Workshop está disponível no seguinte [link](#).

[1] Participaram da reunião delegações da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai, tanto os Coordenadores Nacionais como funcionários das agências e organismos de governo vinculados ao transporte de carga e logística.



Reunião sobre Ponte e Centro de fronteira La Quiaca–Villazón

No dia 11 de julho foi realizada uma reunião bilateral entre a Argentina e a Bolívia para delimitar o projeto “Ponte e Centro de fronteira La Quiaca–Villazón” na sede do Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (Fonplata), em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia.

O projeto prevê a construção de uma nova ponte e um centro de controle de passagem fronteiriça, para dar fluidez ao tráfego binacional pesado, de carros particulares e de pedestres, com um investimento estimado em US\$ 15 milhões. Na perspectiva regional, faz parte da Carteira de Projetos do Cosiplan e da Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API) (veja [ficha](#) do projeto).

Como resultado da reunião, as delegações^[1] concordaram quanto à importância de concretizar o projeto, que ficou sujeito a ser referendado pelos dois países.

Mais informações sobre a reunião, no seguinte [link](#).

[1] Participaram da reunião funcionários do Fonplata e representantes da Subsecretaria de Planejamento Territorial do Investimento Público do Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e do Vice-ministério dos Transportes e do Vice-ministério de Investimento Público e Financiamento Externo da Bolívia.

Avanços na conectividade entre Argentina e Chile: Túnel Binacional Água Negra

No dia 11 de julho foi realizada em Buenos Aires uma reunião bilateral entre a Argentina e o Chile sobre passagens fronteiriças. O ministro do Planejamento da Argentina e o ministro de Obras Públicas do Chile analisaram o Programa de Investimentos e, em especial, a convocação para apresentar manifestações de interesse para o projeto “Túnel Binacional Água Negra”. Como resultado da reunião, foi acordado elaborar até o final do ano um registro das propostas das empresas interessadas e depois proceder ao convite para licitação da obra.

A Passagem de Água Negra fica estrategicamente na faixa central dos dois países e é uma das 13 passagens rodoviárias que a Argentina e o Chile definiram em consenso para que recebam atenção orçamentária preferencial com o objetivo de sua melhora. O projeto está em etapa de pré-execução e consiste na construção de dois túneis, com uma extensão prevista de 14 km, para o trânsito veicular unidirecional na fronteira, na altura da província de San Juan na Argentina e da IV Região de Coquimbo no Chile. O objetivo do projeto é fomentar o intercâmbio comercial e o desenvolvimento turístico, contribuindo como uma solução de conectividade complementar à Passagem Sistema Cristo Redentor, especialmente em momentos de congestão ou fechamentos temporários por tempestades inverniais. O projeto prevê um investimento estimado de US\$ 1,6 bilhão.

Na perspectiva regional, faz parte da [Carteira de Projetos do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento \(Cosiplan\)](#) da Unasul e da [Agenda de Projetos Prioritários de Integração \(API\)](#) (veja [ficha](#) do projeto).

Deve-se destacar que a Entidade Binacional Túnel de Água Negra ([Ebitan](#)) foi formada em 26 de janeiro de 2010, a partir do Protocolo Complementar ao Tratado de Maipú assinado pelos dois países no dia 30 de outubro de 2009, com o objetivo de avançar nas obras relacionadas com o projeto.

Um Programa Territorial de Integração para o Túnel de Água Negra

No âmbito do Plano de Trabalho do Cosiplan-IIRSA para este ano, a Argentina e o Chile estão trabalhando no desenvolvimento de um [Programa Territorial de Integração \(PTI\)](#) para a área de influência do projeto.

Um PTI tem como objetivo avançar sobre outros aspectos do planejamento territorial, a fim de otimizar o manejo ambiental, somar temas de integração produtiva e logística, harmonizar assuntos regulatórios e normativos, e potencializar os impactos locais da infraestrutura. Um PTI é um programa de ações complementares à obra física que exige um plano de gestão, alocação de recursos e responsabilidades, e prazos definidos para sua execução. Os estudos técnicos e as ferramentas metodológicas desenvolvidas no âmbito da IIRSA (Metodologias de Integração Produtiva e Logística, e de Avaliação Ambiental e Social com Enfoque Estratégico, entre outras) servem de referência para a elaboração deste programa e podem contribuir para identificar problemas, dificuldades e oportunidades.

Texto sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[Argentina e Chile relançam Tratado de Maipú](#)"; em: *Carta Mensal INTAL Nº 213*, maio de 2014.

Novo secretário-geral da Unasul

No dia 22 de agosto, na transferência da Presidência *Pro Tempore* da Unasul, foi confirmado o ex-presidente da Colômbia Ernesto Samper como seu [novo secretário-geral](#). Samper sucederá o venezuelano Ali Rodriguez Araque. Segundo o artigo 10 do Tratado Constitutivo da Unasul, o cargo de secretário-geral pode ser ocupado por dois anos (com uma renovação), deve ter uma rotatividade de nacionalidades e ser exercido com dedicação exclusiva.

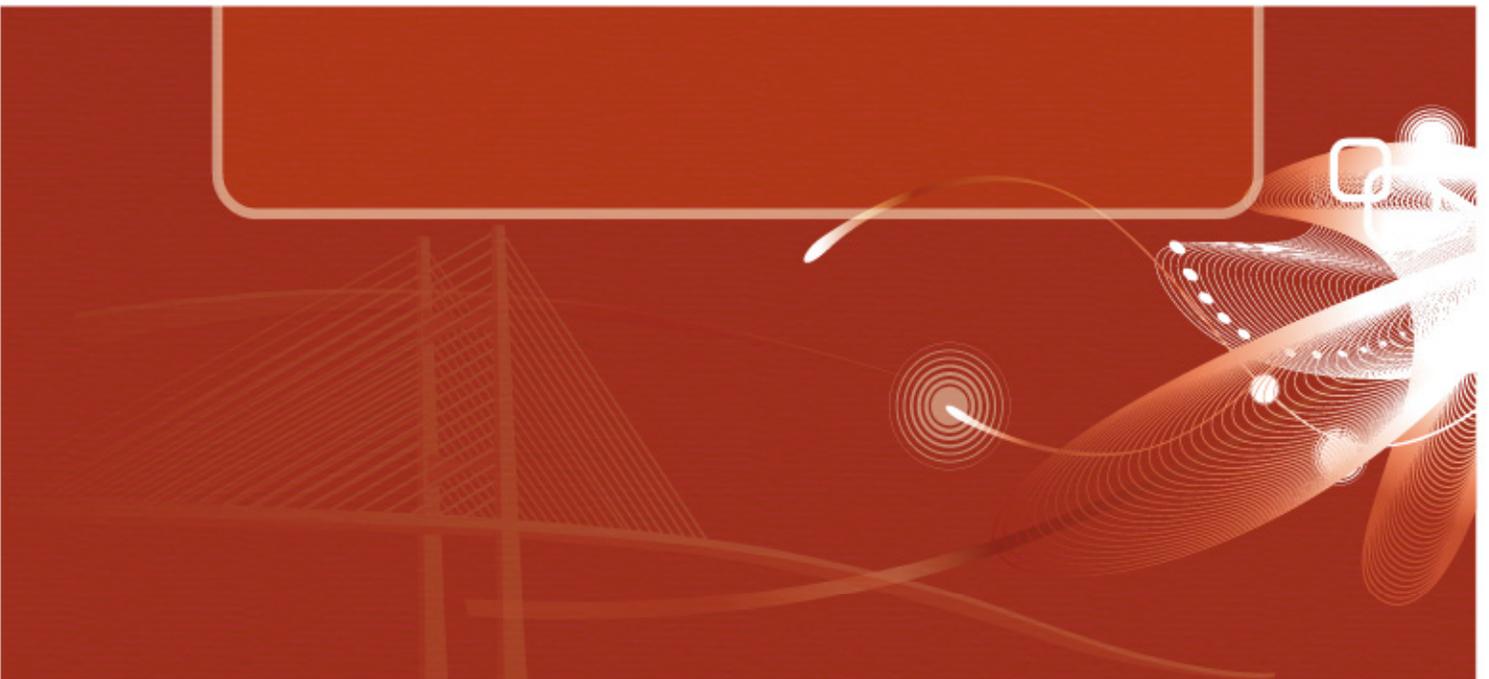
Texto sobre o assunto:

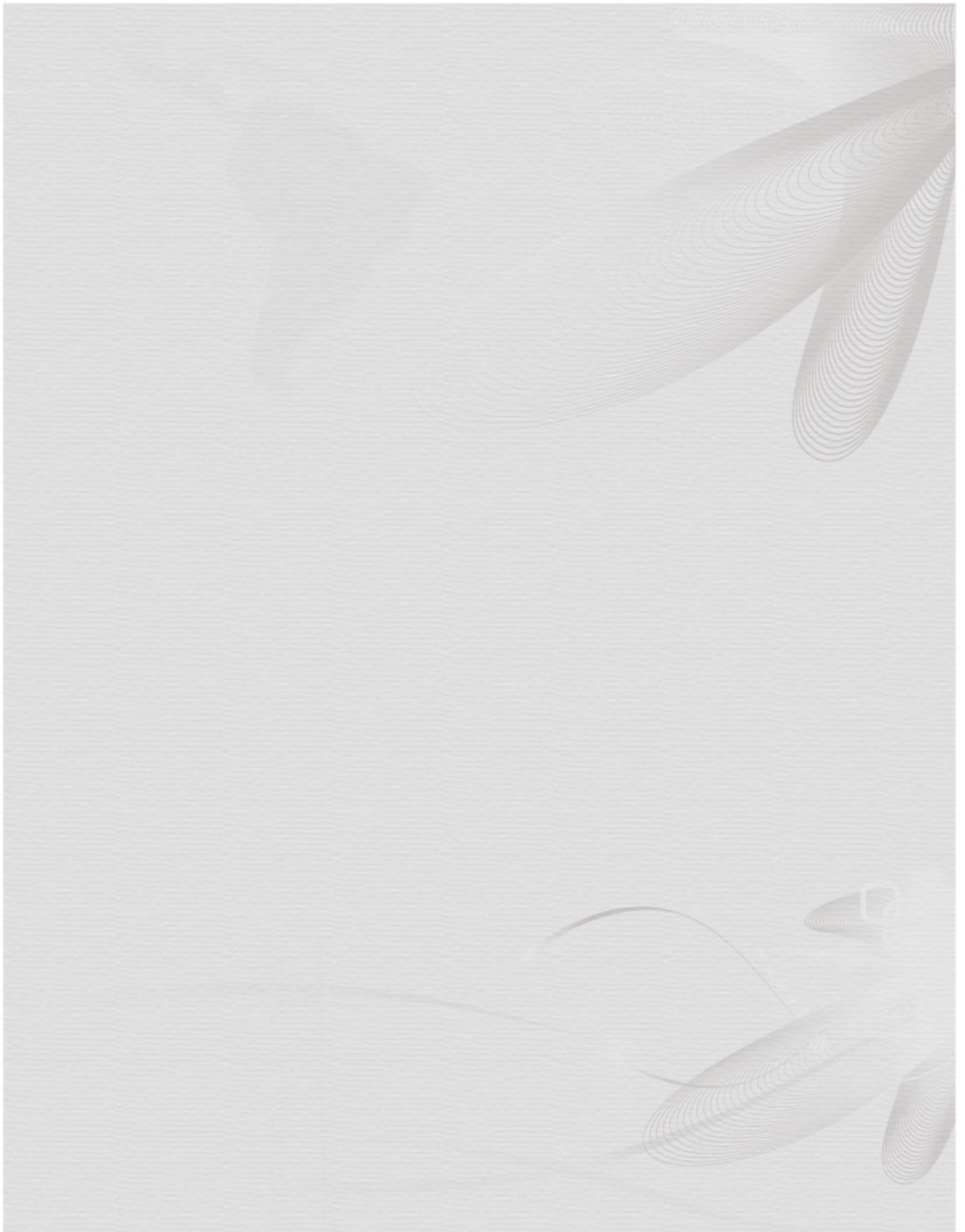
- BID-INTAL. "[Unasul aprova Regulamento Geral](#)", em: *Carta Mensal N° 190*, junho de 2012.





Panorana Regional e Global





OMC: Facilitação do comércio e segurança alimentar

Sem consenso entre os países-membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), no dia 31 de julho venceu o prazo previsto para que o Conselho Geral adotasse uma versão revisada do Protocolo relativo ao Acordo sobre Facilitação do Comércio (AFC),[1] parte central do “[Pacote de Bali](#)” acordado na 9ª Conferência Ministerial da OMC em dezembro de 2013.

A [falta de acordo](#) resulta de divergências a respeito da possibilidade de constituir estoques públicos com fins de segurança alimentar, um dos componentes do Pacote de Bali. O Acordo de Agricultura da OMC estabelece que os subsídios à produção agrícola nacional nos países em desenvolvimento não podem superar 10% do valor do seu produto agrícola. No entanto, segundo o acordado em Bali,[2] esses programas não poderão ser impugnados juridicamente por outros membros da OMC, mesmo que os níveis de ajuda interna superem os limites permitidos, até que seja adotado o acordo permanente.

Por um lado, a Índia argumenta que os programas estatais de aquisição de alimentos a agricultores de recursos escassos a preços superiores aos de mercado constituem uma parte fundamental dos seus esforços por garantir a segurança alimentar (FAO, 2013). O país sustenta que é necessário ajustar os preços que são tomados como referência para calcular os máximos permitidos, já que o nível médio de 1986-1988 (acordado na Rodada Uruguai) é consideravelmente inferior aos preços atuais dos alimentos. Assim, condicionou a emenda do Protocolo relativo ao AFC e os demais resultados do Pacote de Bali a uma solução satisfatória sobre este tema, de acordo com um [comunicado](#) do Ministério de Comércio e Indústria da Índia.

Por outro lado, alguns países consideram que uma maior flexibilidade nessa questão alteraria o equilíbrio do Pacote de Bali, o qual – argumentam - deveria ser respeitado plenamente. Em especial, afirmam que uma maior flexibilidade para a concessão de subsídios poderia estender práticas distorcidas que afetem a renda dos produtores das demais economias e possam também impactar negativamente a segurança alimentar.

O diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, [instou](#) os membros da OMC a aprofundarem os esforços visando alcançar um acordo em setembro, quando terminará o recesso de verão em Genebra.

Bibliografia

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). “[El Paquete de Bali: repercusiones para el comercio y la seguridad alimentaria](#)”. *Informes de FAO sobre las políticas comerciales relativas a cuestiones relacionadas con las negociaciones de la OMC sobre agricultura No. 16, 2013.*

MATTHEWS, Alan. [Food Security and WTO Domestic Support Disciplines post-Bali](#). ICTSD Programme on Agricultural Trade and Sustainable Development. *Issue paper No 53*, June 2014.

Textos sobre o assunto:

- BID-INTAL. "[OMC: Olhando para a Conferência de Bali](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº 202*, junho de 2013.
- BID-INTAL. "[De olho na conferência de Bali: países menos adiantados](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº 205*, setembro de 2013.
- BID-INTAL. "[De olho na conferência de Bali: agricultura](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº 206*, outubro de 2013.
- BID-INTAL. "[OMC: Primeiro acordo multilateral de comércio](#)", em: *Carta Mensal INTAL Nº 208*, dezembro de 2013.

[1] O AFC tem como objetivo contribuir para a simplificação dos procedimentos alfandegários, visando reduzir os custos do comércio, aumentar a velocidade, a eficiência e a transparência das operações e reduzir a burocracia e a corrupção. Também inclui disposições sobre mercadorias em trânsito, assim como presta apoio à criação de capacidade para os países menos adiantados.

[2] WT/MIN(13)/38-WT/L/913.

Brics: acordos alcançados e dimensões de suas economias

A propósito da [6a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos Brics](#) (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), realizada em julho passado, neste texto se descrevem, por um lado, os acordos alcançados e, por outro, se avalia a sua importância na economia mundial, seus fluxos comerciais e os tratados comerciais entre eles.

Os principais temas acordados na cúpula se baseiam em dois pilares. Primeiro, a coordenação dos países-membros nos fóruns internacionais como o G-20 financeiro, enfatizando a posição de necessidade de reforma na estrutura da governança global para refletir melhor o peso crescente dos países em desenvolvimento. Segundo, a cooperação entre os membros, com uma agenda que abrange vários temas e se concentra na cooperação financeira. Neste sentido, destacam-se: a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, principalmente para financiar obras de infraestrutura e projetos de desenvolvimento não só nos Brics, mas também em terceiros países; o Acordo Contingente de Reservas; o acordo entre os bancos nacionais de desenvolvimento; e um memorando de entendimento entre as agências seguradoras de crédito à exportação (veja BID-INTAL 2014).

Quadro1. Indicadores econômicos dos Brics

2013	População (milhões)	PIB (US\$ bilhões correntes)	PIB <i>per capita</i> (US\$ correntes)	Exportações (US\$ correntes)
Brasil	201	2.243	11.159	242.178
Rússia	143	2.096	14.627	527.266
Índia	1.224	1.871	1.529	336.611
China	1.357	9.185	6.767	2.209.007
África do Sul1/	52	382	7.346	95.225
Brics % do total mundial	41,6%	19,8%		18,1%

Obs.: 1/ Dados de 2012. Fonte: Brics Joint Statistical Publication 2014 e Brics Policy Center.

Por um lado, os Brics representam em conjunto 41,6% da população mundial (pelo peso da China e da Índia) e quase um quinto do PIB e das exportações mundiais, principalmente pelo papel da China (Quadro 1).

As exportações intra Brics representam 9% das vendas externas totais desses países, e este coeficiente é maior no caso do Brasil e da África do Sul pela importância da China como destino dos seus envios. Para os demais quatro membros, a China constitui uma importante origem de importações (Quadro 2). Em termos gerais, o padrão de comércio intrarregional não difere em grande escala do que os membros exportam para o mundo: o Brasil vende aos Brics metais e oleaginosas e seus derivados; a Rússia e a Índia vendem petróleo, minérios e metais, enquanto a Índia também coloca produtos têxteis e químicos; a China exporta maquinaria elétrica e não elétrica, têxteis e outras manufaturas, e a África do Sul, metais e minérios.

Quadro 2. Fluxos comerciais entre os Brics.

US\$ milhões. Ano 2013.

	Brasil	Rússia	Índia	China	África do Sul	Part. Brics em exportações totais
Brasil	-	2.974	3.130	46.026	1.836	22%
Rússia	1.985	-	6.983	35.625	286	9%
Índia	6.112	2.419	-	16.417	5.742	9%
China	35.895	49.591	48.432	-	16.831	7%
África do Sul	657	403	2.998	12.059	-	17%
Part. Brics em importações totais	19%	18%	13%	6%	24%	

Fonte: WITS.



Até o momento, não existem tratados comerciais de amplo alcance entre os Brics. No âmbito do Mercosul, o Brasil assinou acordos de preferências fixas com a [Índia](#) e a África do Sul (junto com os demais países da [Sacu](#)), embora este último não se encontre em vigor. Estes acordos só implicam a liberalização de um conjunto reduzido de produtos, mas no futuro poderiam constituir a base para a assinatura de tratados de livre comércio. Além disso, a China e a Índia negociam junto com outros países da Ásia a Associação Econômica Integral Regional (RCEP, sigla em inglês), um dos mega-acordos regionais mais relevantes que estão sendo negociados na atualidade, enquanto a [Índia e a África do Sul](#) (também no âmbito da Sacu) estão realizando negociações para firmar um acordo de alcance parcial.

Por outro lado, existem investimentos estrangeiros diretos (IED) de importância entre os Brics. Os mais relevantes são: China de e para a Índia, e Rússia de e para a China.

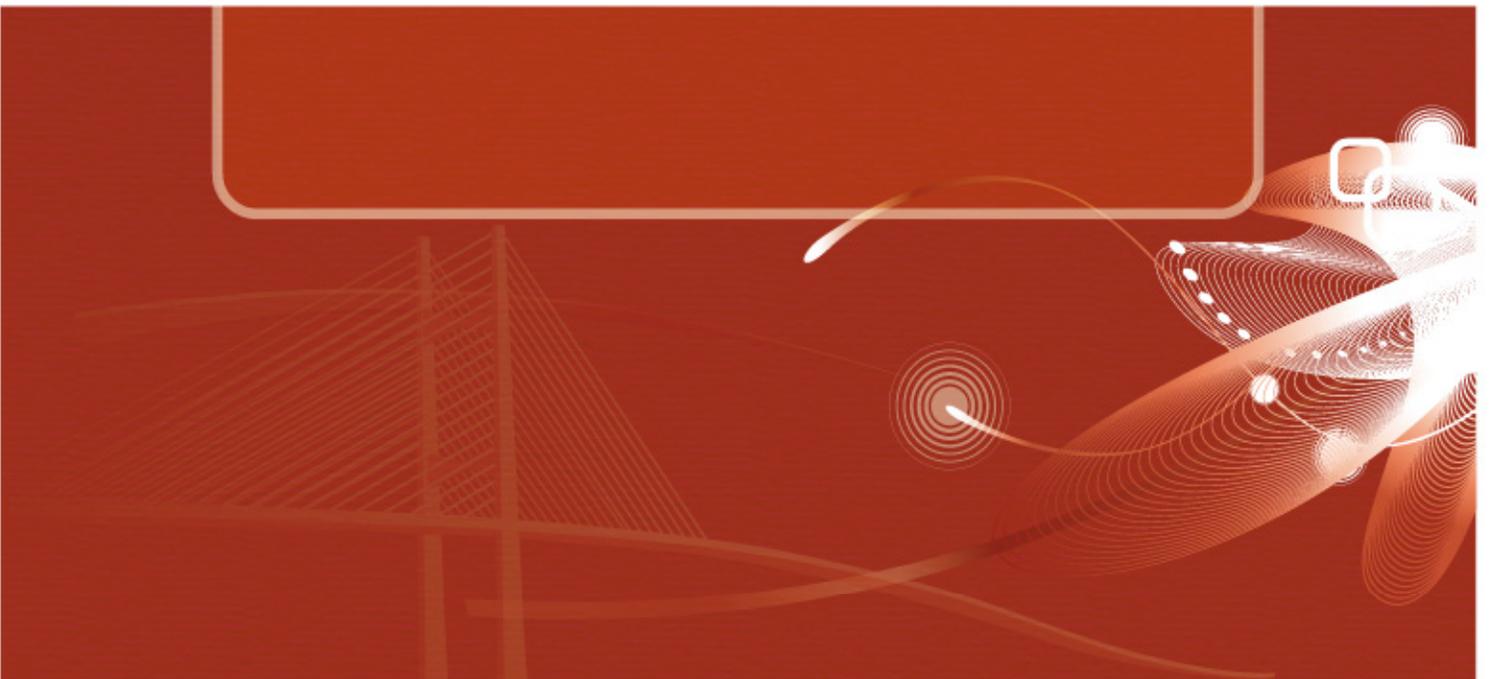
Texto sobre o assunto:

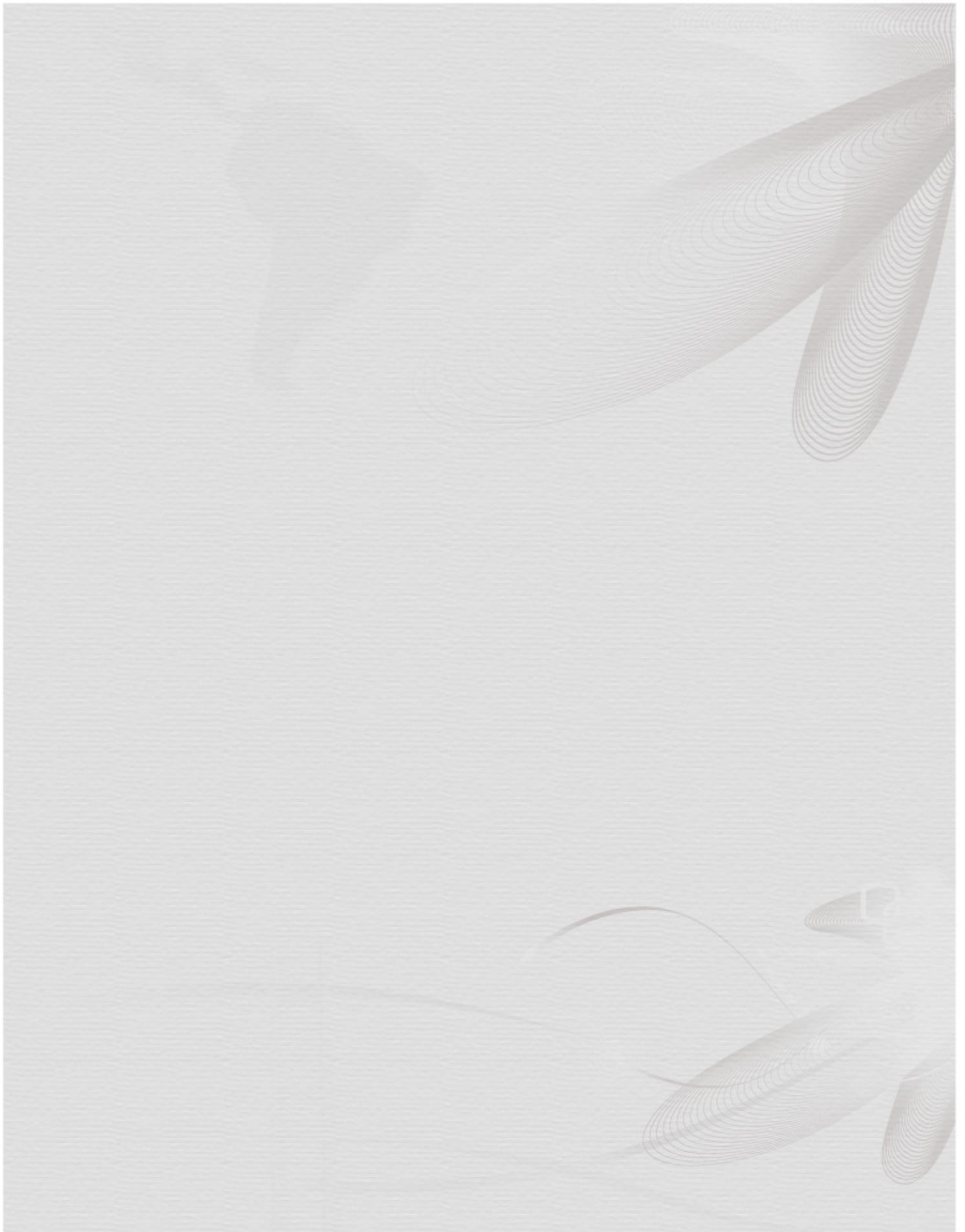
- BID-INTAL. “[Brics fazem a 6ª cúpula](#)”, em: *Carta Mensal INTAL Nº 215*, julho 2014.





Avaliação de impacto







Avaliação de impacto em integração e comércio internacional

A avaliação de impacto tem como objetivo estabelecer em que medida os programas e as políticas públicas são efetivos. Nesse sentido, serve para determinar se são produzidos os benefícios previstos, se podem ser melhorados, se os recursos estão sendo usados de forma eficiente, entre outras perguntas relevantes de política.

Este texto é uma introdução à avaliação de impacto em políticas públicas e programas vinculados com a integração e o comércio internacional que destaca tanto os desafios metodológicos quanto os de implementação prática e menciona sua utilização em alguns projetos do BID. Em função das variantes específicas dessas políticas, os estudos existentes podem ser classificados em quatro grandes áreas, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1. Classificação de estudos de Avaliação de Impacto

Política	O que é avaliado	Exemplo de estudos
1. Acordos comerciais	Efeito de um acordo sobre os fluxos comerciais. ¹	Baier e Bergstrand (2009) avaliam o efeito de pertencer à Comunidade Econômica Europeia e ao Mercado Comum Centro-Americano sobre os fluxos comerciais entre 1960 e 2000.
2. Facilitação comercial	Impacto de programas com o objetivo de reduzir os custos do comércio associados a regulações e procedimentos a que devem se submeter os bens que atravessam as fronteiras internacionais.	Volpe, Carballo e Graziano (2012) avaliam o efeito dos tempos de espera na alfândega sobre os fluxos comerciais no Uruguai entre 2002 e 2011.
3. Infraestrutura e comércio	Efeito da infraestrutura de transporte, como as estradas, ferrovias e portos sobre os fluxos comerciais.	Volpe, Carballo e Cusolito (2013b) estimam o impacto de novas estradas no Peru sobre as exportações entre 2003 e 2010.
4. Promoção de exportações e de investimentos	Efeito dos programas sobre o desempenho exportador das empresas e da promoção de investimentos sobre o investimento estrangeiro direto (IED).	Volpe (2010) estima o impacto de diversos programas de promoção de exportações na América Latina. Harding e Javorcikr (2007) avaliam o impacto da promoção de investimentos sobre o IED de países em desenvolvimento.

Obs.: 1/ Mede os efeitos ex post, ao contrário de outra literatura que avalia os efeitos potenciais ou ex ante, como os modelos de equilíbrio geral computável (EGC).

Desafios metodológicos

A avaliação de impacto busca identificar efeitos causais: o objetivo é determinar se os resultados na unidade de análise (pessoa, empresa, etc.) podem ser **atribuídos** ou não à intervenção pública, e envolve alguns desafios metodológicos. Ao contrário da análise estatística em que os objetivos podem inferir a **correlação** ou dependência entre variáveis ou estimar a probabilidade de eventos, na avaliação de impacto se busca estabelecer **relações causa-efeito**. No contexto de um programa de promoção de exportações, por exemplo, o fato de as vendas externas de uma empresa aumentarem depois de completar o programa não é suficiente para estabelecer causalidade, já que podem ter aumentado por outros fatores.

Por um lado, o conceito-chave da avaliação de impacto é a **inferência causal**. O problema principal é que não se pode observar simultaneamente uma unidade participando e não participando do programa. Por isso, é necessário estimar qual teria sido o resultado para os participantes se não tivessem sido parte do programa.

Se a alocação dos beneficiários a um programa é aleatória (desenho experimental), o grupo de “controle” tem características similares ao de “tratamento”, com a exceção de que não participa do programa. Portanto, qualquer diferença entre os dois grupos pode ser atribuída ao programa. Pelo contrário, se os programas não forem alocados aleatoriamente – como geralmente ocorre –, deve-se recorrer a métodos não experimentais, para estimar o “contrafático”, ou seja, criar um grupo de controle que se pareça com o de tratamento nas características observáveis.

Por outro lado, é difícil estabelecer a direção da **causalidade**. São apresentados dois exemplos que ilustram o problema da causalidade reversa: de acordo com Volpe (2010), a abertura de um escritório comercial no exterior pode aumentar os fluxos comerciais bilaterais, mas também pode ocorrer que os países exportadores aumentem a quantidade de escritórios comerciais nos países importadores como resposta aos maiores fluxos comerciais bilaterais. Segundo Mesquita Moreira *et al.* (2013), os menores custos de transporte impactam um maior nível de exportações, mas também pode ocorrer que um volume elevado de exportações dê lugar a economias de escala que reduzam os custos de transporte.

Essa causalidade reversa faz necessários maiores esforços para evitar desvios nas estimações dos efeitos dos programas. No caso da infraestrutura - cuja localização está determinada por uma complexa inter-relação de fatores políticos, econômicos, sociais e inclusive ambientais - os estudos buscam fontes de variação exógenas para estimar seu impacto causal sobre as variáveis de interesse. Por exemplo, Volpe e Blyde (2013a) usam o terremoto ocorrido no Chile em fevereiro de 2010 como um tipo de “experimento natural” para estimar o impacto da infraestrutura sobre as exportações. O terremoto danificou alguns trechos das estradas, afetando os custos de transporte de algumas empresas para que os bens chegassem às fronteiras. Os autores contrastam as exportações das empresas afetadas com as não afetadas, controlando por meio de outros fatores, e encontram que a destruição da infraestrutura decorrente do terremoto teve um forte impacto negativo sobre o valor e as quantidades exportadas das empresas.

No Quadro 2 são apresentados alguns métodos que se baseiam em microdados e podem ser usados de maneira combinada.

Quadro 2. Alguns métodos usados na Avaliação de Impacto

Método	Descrição	Exemplo de estudos
1. Variáveis instrumentais (<i>Instrumental Variables</i>)	O efeito do programa pode ser estimado explorando uma variável instrumental correlacionada com o status de participação no programa, mas não diretamente com o resultado.	Sequeira (2014) estima o efeito da reconstrução de uma estrada de ferro e a consequente redução dos custos de transporte sobre o comportamento exportador das empresas na África do Sul, entre outras variáveis relevantes. A variável instrumental para o custo de transporte é a distância entre uma empresa e uma estação da ferrovia que funciona.
2. Desenho de regressão descontínua (<i>Regression Discontinuity Design</i>)	É necessário que uma variável experimente uma descontinuidade, com um patamar claramente definido a partir do qual se escolhem os beneficiários do programa. Ou seja, é usado um índice ou pontuação a partir do qual é possível participar. São comparados os resultados dos grupos de tratamento e de controle nas proximidades do patamar.	Casaburi <i>et al.</i> (2013) estimam o impacto das melhoras nas estradas rurais sobre os custos de transporte e sobre o preço dos produtos em Serra Leoa. Aproveita-se a descontinuidade gerada entre as estradas recuperadas (com uma pontuação obtida de acordo com uma série de variáveis) e as não recuperadas.
3. Diferenças em diferenças (<i>Differences-in-Differences</i>)	Mede a mudança no tempo do grupo de tratamento em relação ao grupo de controle.	Volpe, Carballo e Cusolito (2013b)
4. Pareamento (<i>matching</i>)	Para cada unidade que recebe o tratamento é identificada pelo menos uma unidade sem tratamento, com características similares à primeira e assim é construído um grupo de controle.	Baier e Bergstrand (2009)

Fonte: Quadro 6 Scanlan (2012), Gertler et al. (2011) e Khandker et al. (2010).

Desafios de implementação prática

Tal como ocorre em outras áreas de desenvolvimento econômico (saúde, pobreza, emprego, educação), a avaliação de impacto em comércio internacional é uma tarefa complexa, que envolve vários desafios de implementação prática, além das questões metodológicas. Primeiro, uma restrição frequente para a avaliação de impacto é a limitada disponibilidade e qualidade dos **dados**. Em particular, os dados de linha de base devem ser recolhidos antes da implementação dos programas.

Segundo, a avaliação de impacto costuma ser **cara**: implica um investimento de recursos que pode representar uma parte significativa dos projetos vinculados com o comércio, que costumam ter montantes menores do que outros orientados para a saúde ou a pobreza (Cadot *et al.*, 2011). Terceiro, existem problemas de **incentivos** entre os responsáveis dos programas e os avaliadores: pode ocorrer que os primeiros prefiram não divulgar os resultados, especialmente se estes são negativos ou se disso depender a alocação futura de recursos. Embora a colaboração entre eles seja importante para o sucesso da AI, deve existir certa independência para que a avaliação possa ser feita com objetividade (Gertler *et al.*, 2011). Nesse sentido, Cadot *et al.* (2011) argumentam que a decisão de implementar e financiar estudos de avaliação de impacto não deveria ser incumbência dos responsáveis dos projetos.

Avaliação de Impacto em projetos do BID

Como parte do [Marco de Efetividade no Desenvolvimento](#), o BID mede a capacidade de avaliar os projetos propostos com uma série de matrizes de efetividade de desenvolvimento (DEM, sigla em inglês), que incluem estudos de avaliação de impacto. O [Programa de Apoio ao Desenvolvimento Produtivo para a Inserção Internacional](#) de El Salvador, por exemplo, prevê medir seu impacto sobre as vendas externas totais, os produtos exportados e os mercados de destino das PMEs assistidas (com o método de diferenças em diferenças e o método combinado de *matching* e diferenças em diferenças), comparando os resultados alcançados com as informações do ano de linha de base. O [Programa de Apoio aos Serviços Globais de Exportação](#) do Uruguai prevê avaliar o seu impacto sobre as exportações de serviços e o emprego das empresas apoiadas (com o método combinado de *matching* e diferenças em diferenças), sobre a geração de capacidades (com desenho de regressão descontínua) e sobre os tempos e custos associados aos processos de comércio exterior (com diferenças em diferenças), identificando valores de linha de base.

Avaliação de Impacto na *Carta Mensal INTAL*

Apesar dos desafios que implica, é importante que os organismos internacionais, as organizações que estudam as políticas públicas e os funcionários responsáveis pelo desenho e execução dessas políticas continuem impulsionando, na medida do possível, a implementação de avaliação de impacto em projetos de comércio internacional, de modo a contar com evidência sobre os resultados alcançados pelos programas. A *Carta Mensal INTAL* divulgará novidades de interesse sobre este tema, incluindo estudos relevantes.

Bibliografia

- BAIER, S. L.; BERGSTRAND, J. H. “Estimating the effects of free trade agreements on international trade flows using matching econometrics”. *Journal of International Economics*, 77(1), p. 63-76. Amsterdam: Elsevier, 2009.
- CADOT, O.; FERNANDES, A.; GOURDON, J.; MATTOO, A. “Impact Evaluation of Trade Assistance: Paving the Way”. In: CADOT, O.; FERNANDES, A.; GOURDON, J.; MATTOO, A. (Eds.). *Where to spend the next million: Applying impact evaluation to trade*. Londres/Washington, DC: CEPR/Banco Mundial, 2011. p. 124-163.
- CASABURI, L.; GLENNERSTER, R.; SURI, T. 2013. *Rural Roads and Intermediated Trade: Regression Discontinuity Evidence from Sierra Leone*. Londres: International Growth Centre Working Paper, 2013.
- GERTLER, P. J.; MARTINEZ, S.; PREMAM, P.; RAWLINGS, L. B.; VERMEERSCH, C. M. *Impact evaluation in practice*. Banco Mundial, 2011.
- HARDING, T.; JAVORCIK, B. S. “Developing economies and international investors. Do investment promotion agencies bring them together?”. *Policy Research Working Paper* 4339. Banco Mundial, 2007.
- KHANDKER, S. R.; KOOLWAL G. B.; SAMAD, H. A. *Handbook of Impact Evaluation. Quantitative Methods and Practices*. Banco Mundial, 2010.
- MESQUITA MOREIRA, M. (Coord.). [Longe demais para exportar: Custos internos de transporte e disparidades regionais das exportações na América Latina e Caribe](#). Estudo Especial sobre Integração e Comércio. Washington, DC: BID. 2013.
- SCANLAN, B. *Useful Methodologies for Impact Evaluation of Aid for Trade. International Policy and Public Management*. Rotterdam: Master’s Erasmus University, 2012.
- SEQUEIRA, S. “Transport Costs and Firm Behaviour: Evidence from Mozambique and South Africa”. In: CADOT, O.; FERNANDES, A.; GOURDON, J.; MATTOO, A. (Eds.). *Where to spend the next million: Applying impact evaluation to trade*. Londres/Washington, DC: CEPR/Banco Mundial, 2014. p. 124-163.



VOLPE, C. [*Odyssey in International Markets: An Assessment of the effectiveness of Export Promotion in Latin America and the Caribbean*](#). Estudo Especial sobre Integração e Comércio. Washington, DC: BID, 2010.

-----; CARBALLO, J.; GRAZIANO, A. *Customs as Doorkeepers: What Are Their Effects on International Trade?* BID, 2012. Mimeo.

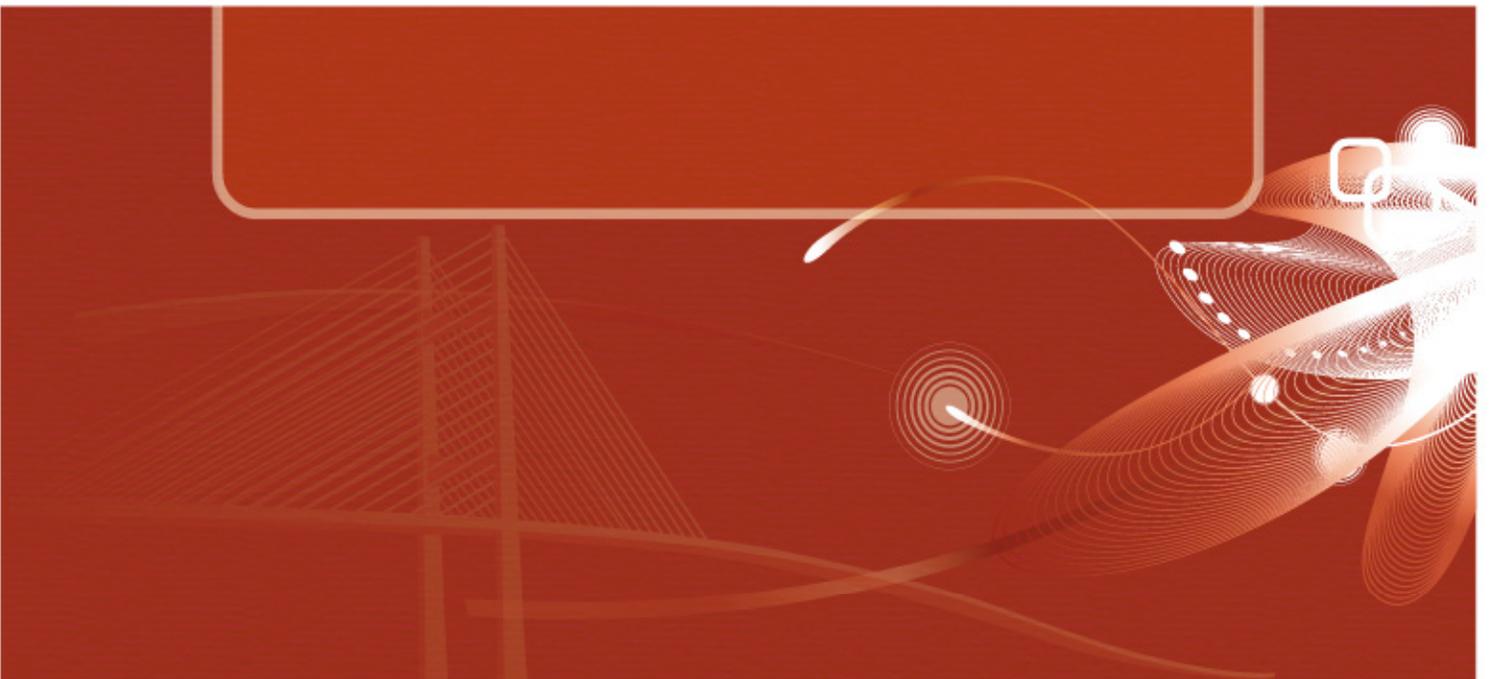
VOLPE, C.; BLYDE, J. S. “Shaky Roads and Trembling Exports: Assessing the Trade Impacts of Transport Costs Using a Natural Experiment”. *Journal of International Economics*, 90(1), p. 148–161, 2013a.

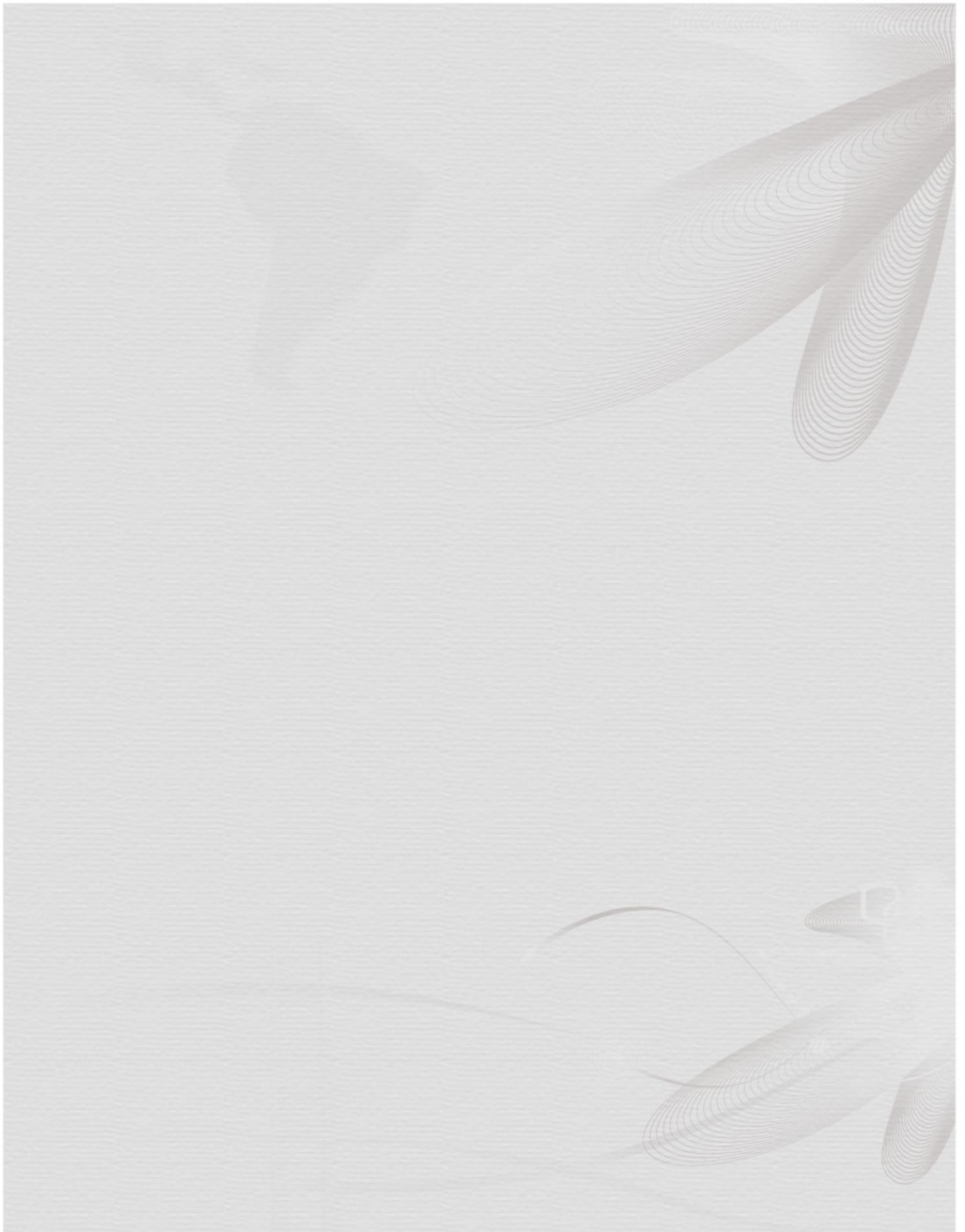
-----; CARBALLO, J.; CUSOLITO, A. “Routes, Exports and Employment in Developing Countries: Following the Trace of the Inca Roads”. Washington, DC: BID, 2013b. Mimeo.





Outras Atividades do BID







Presidente del BID y Presidentes de Honduras, Guatemala y El Salvador se reúnen en Washington (só em espanhol e inglês)

Los mandatarios buscan reforzar programas en educación, protección de la juventud en riesgo, desarrollo productivo, y generación de empleos en respuesta a crisis migratoria ([Link](#)).



China y América Latina unidas a través de Desarrollo Urbano (só em español)

Para 2020 tanto China como América Latina contarán con 7 ciudades de más de 10 millones de habitantes. Como hoy, no serán pocos los desafíos para una urbanización sustentable ([Link](#)).



BID lança comunidade virtual de negócios para PMEs latino-americanas especializadas em infraestrutura

A Trade Americas & ConnectAmericas Expo reunirá centenas de empresas do setor nos dias 3 e 4 de setembro em Miami ([Link](#)).

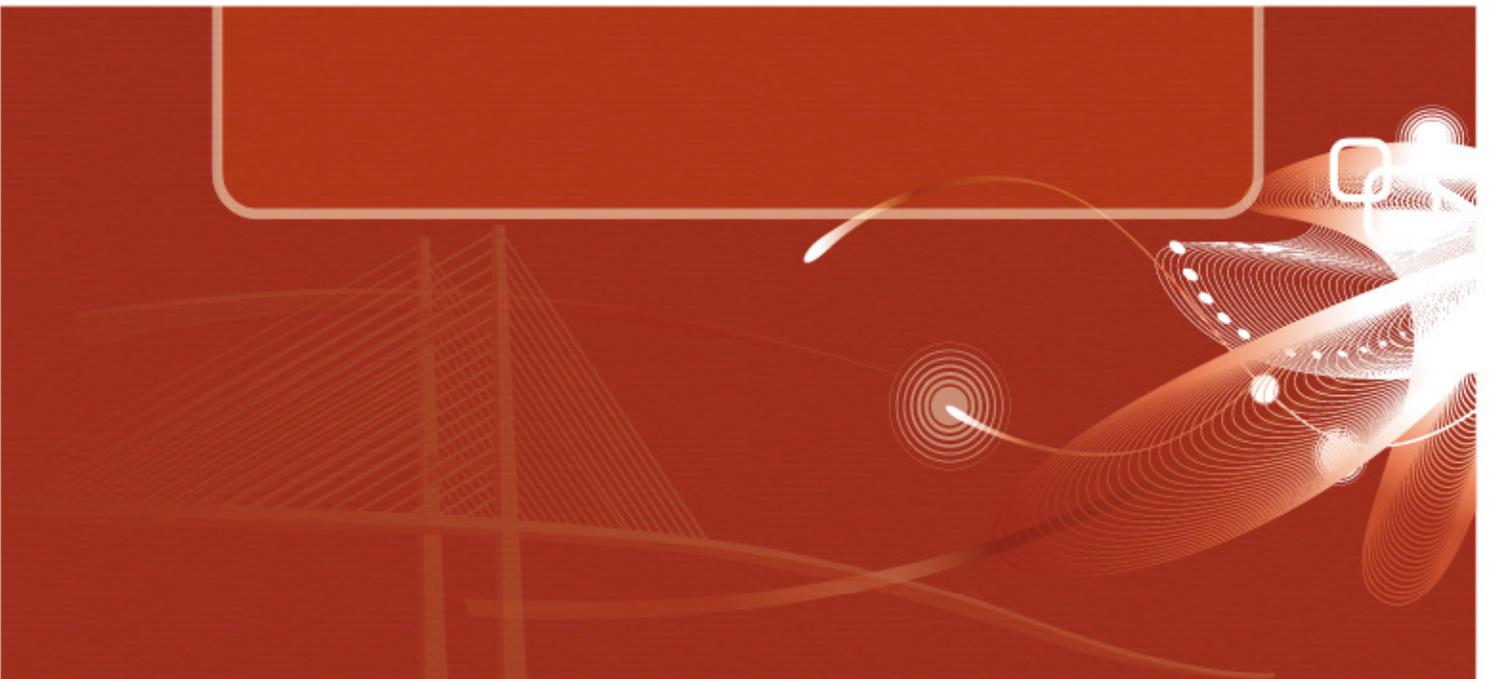


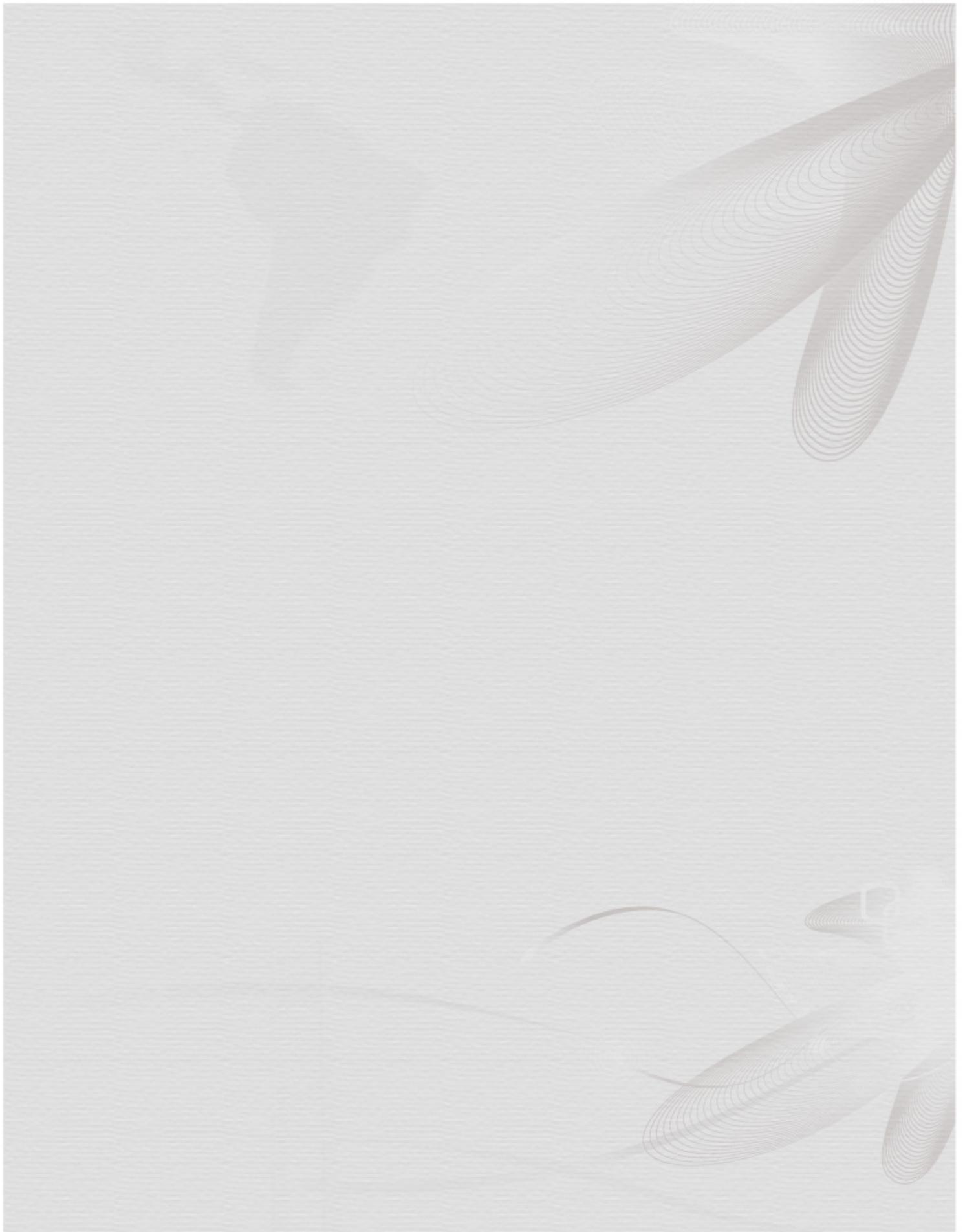
El Banco Interamericano de Desarrollo resalta el rol de las PYME lideradas por mujeres (só em espanhol e inglês)

La cumbre anual de la Alianza Global de Bancos para la Mujer del 2014 se llevará a cabo el 17 al 19 de septiembre en Washington, D.C. ([Link](#))



Setor de Integração e Comércio







Revista Integración & Comercio N° 38: Apoio à integração fronteiriça e à facilitação comercial nas fronteiras da ALC

O duplo desafio das fronteiras: segurança e facilitação

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, no âmbito de seu mandato de integração na região, vem apoiando e trabalhando em ações que propiciem o desenvolvimento das áreas de fronteira, assim como a cooperação e a integração transfronteiriça, mediante a conquista de acordos binacionais e regionais. Este número da *Revista Integración & Comercio* procura refletir diversas experiências nesse âmbito e inclui uma série de contribuições que exploram os desafios e as oportunidades de melhora em matéria de facilitação, segurança, integração e desenvolvimento nas áreas de fronteira das diversas sub-regiões da ALC.

Acesse o número completo da *Revista Integración & Comercio 38*, no seguinte [link](#). (Versão em inglês disponível em setembro).

Observatório Instrumentos Jurídicos de Integração (IJI)

Tendência do mês

Avanços em acordos e negociações com a União Europeia

Em julho de 2014, a tendência mais relevante no plano das negociações e acordos comerciais da região é a acentuação de novidades nos que envolvem a União Europeia (UE) como sócio. O Equador, a América Central e os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) são os protagonistas desta linha de ação.

Equador

- Depois da [4ª Rodada de Negociações entre o Equador e a UE](#), de 9 a 17 de julho em Bruxelas, Bélgica, as partes fecharam um acordo que permitirá ao Equador se unir ao Acordo Comercial Multipartes já concluído com o Peru e a Colômbia. Conseguiram-se mecanismos para salvaguardar os interesses dos setores produtivos mais sensíveis.

América Central

- Depois do primeiro ano de vigência do Acordo de Associação (ADA) entre a América Central e a UE, a Secretária de Integração Econômica Centro-Americana (Sieca) elaborou uma [análise sobre o comércio bilateral entre as partes no primeiro trimestre de 2014](#). Busca-se um maior aproveitamento do acordo.

Mercosul

- Quatro dos cinco países do [Mercosul](#) (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) concluíram a redação de uma oferta única para negociar um Tratado de Livre Comércio (TLC) com o velho continente. Resta esperar sua proposta e fazer o intercâmbio.

Panorama 360º

No mês registraram-se progressos em cinco negociações comerciais (quatro avançadas e uma concluída). Além disso, houve atividade relevante em outros acordos em andamento.

Negociações avançadas

- [1ª Rodada de Negociações do TLC entre o México e a Turquia](#), de 14 a 16 de julho em Ankara, Turquia.
- [6ª Rodada de Negociações para um Acordo de Associação Econômica entre a Colômbia e o Japão](#), de 14 a 18 julho em Bogotá, Colômbia.
- [Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos \(Celac\) com a República Popular da China](#), no dia 17 de julho de 2014 em Brasília, Brasil.

Negociações concluídas

- Encerramento das negociações entre o Equador e a UE em 17 de julho em Bruxelas.

Acordos comerciais

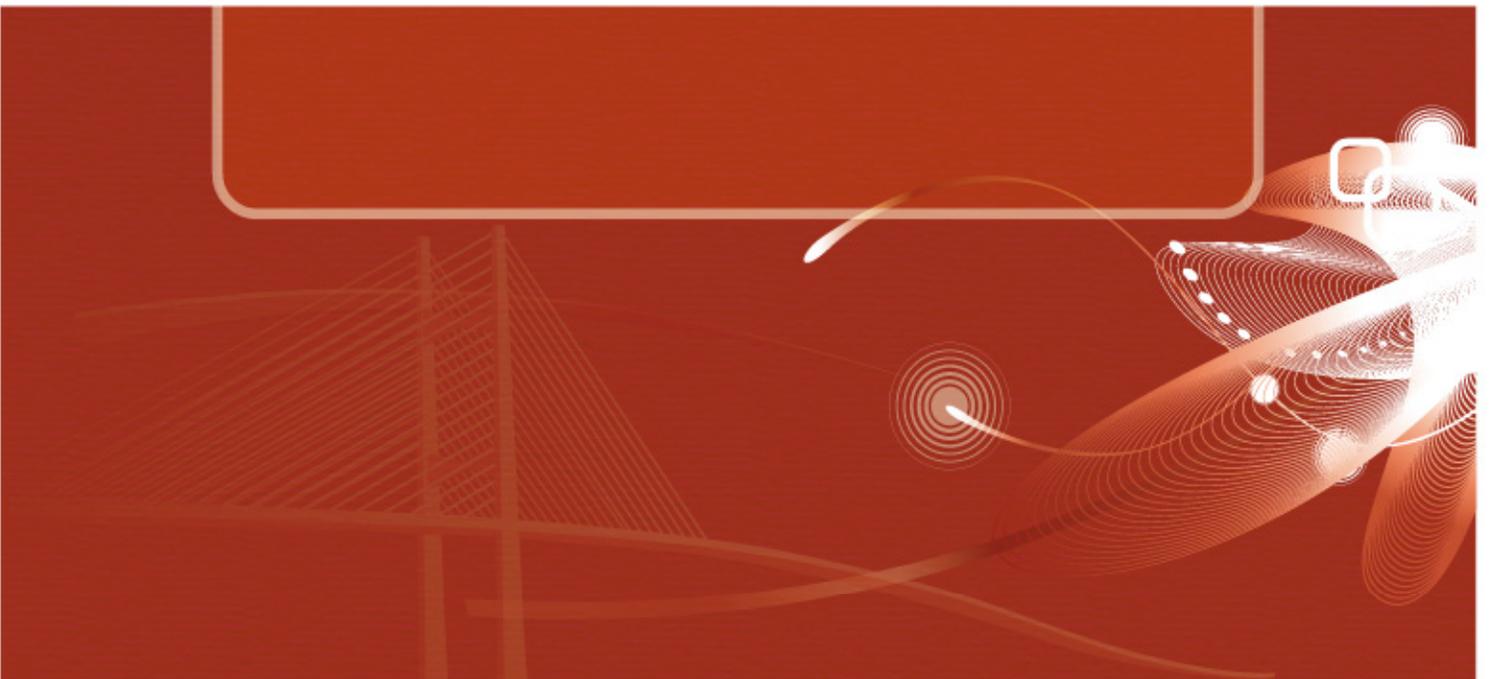
- [35ª Cúpula dos chefes de Estado e de Governo da Comunidade do Caribe \(Caricom\)](#), de 1ª a 4 de julho em Saint John, Antígua e Barbuda.
- [4ª Reunião da Comissão Binacional Permanente México-Bolívia](#), no dia 2 de julho na Cidade do México.
- [1ª Cúpula Caricom-Japão](#), em 28 de julho de 2014 em Trinidad e Tobago.
- [46ª Cúpula de Presidentes do Mercosul](#), em 29 de julho em Caracas, Venezuela.
- [Reunião de trabalho](#) do Grupo de Alto Nível de Vice-ministros de Relações Exteriores e Comércio Exterior da Comunidade Andina (CAN) com o objetivo de avançar no processo de Reengenharia do Sistema Andino de Integração.

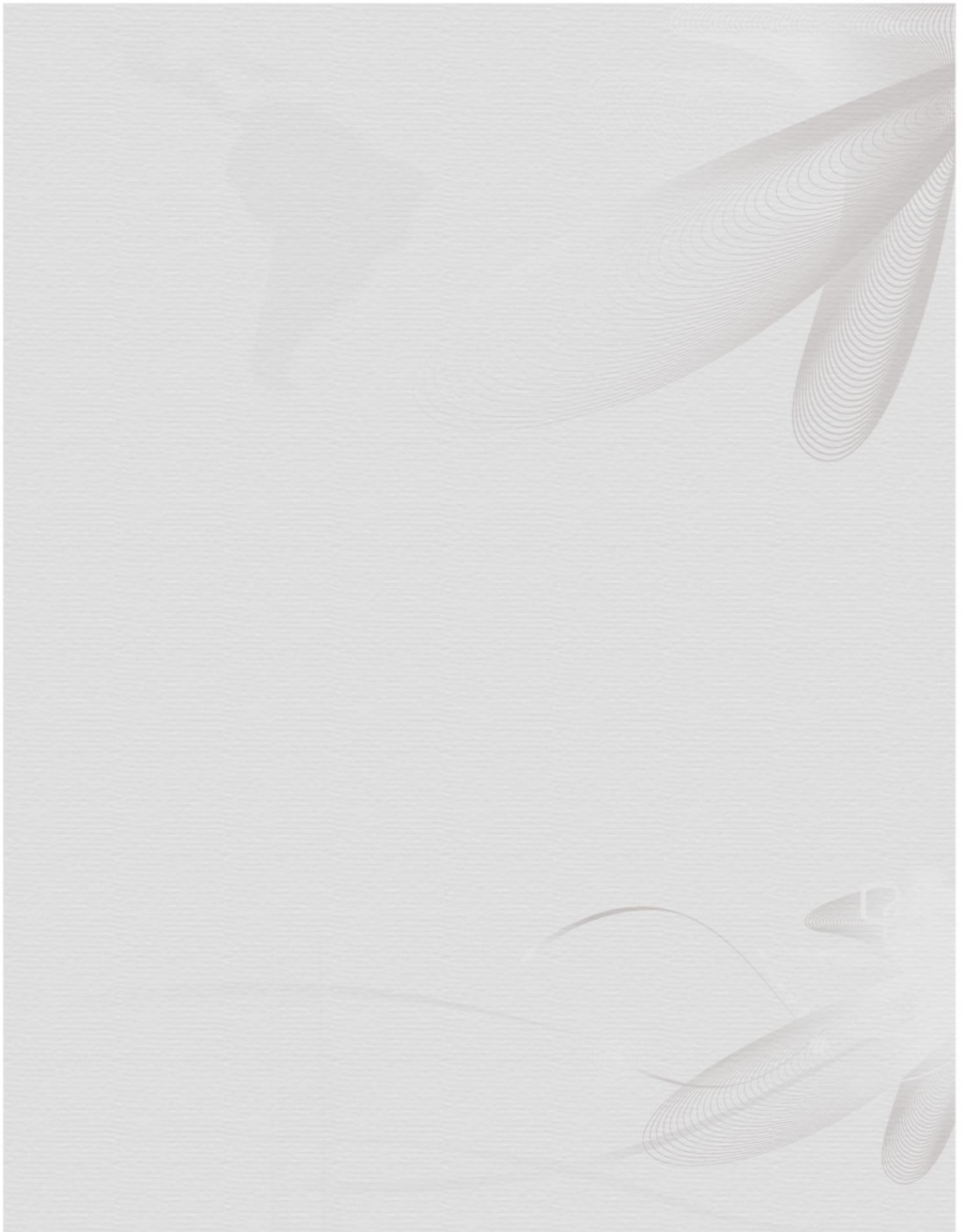
O IJI é uma compilação de textos normativos, comentários e acompanhamento dos compromissos jurídicos básicos dos diversos processos de integração da América Latina e do Caribe. Para saber mais sobre os avanços e novidades de acordos e negociações comerciais visite o site do [IJI](#).





Centro de Documentação INTAL







Resenhas Bibliográficas

KIRIYAMA, N. Trade and Innovation: Synthesis Report. OECD Trade Policy Papers, n. 135, OECD Publishing, Paris, 2012.

A inovação implica novidades na criação e difusão de produtos, processos, métodos (marketing, organização empresarial), e é uma fonte de crescimento econômico, já que permite a criação de indústrias, negócios e empregos. Este relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) analisa três canais por meio dos quais o comércio impacta a inovação – um tema menos estudado do que a sua vinculação com o crescimento econômico -, a partir da revisão de trabalhos com evidência empírica e algumas implicações de política. Primeiro, o comércio atua como um canal de transferência de tecnologia. As importações e o investimento estrangeiro direto (IED) facilitam para as empresas o acesso à tecnologia, na qual pode se basear a inovação de produtos, de processos ou organizacional. A partir de diversos trabalhos, o documento analisa o “efeito derrame” dos países com maior investimento em pesquisa e desenvolvimento (P+D) sobre a produtividade dos fatores e a inovação das empresas nos países de menor desenvolvimento relativo. Além disso, examinam-se os efeitos do IED sobre a inovação nos países que o recebem, por meio de efeitos derrame horizontais (empresas que copiam os comportamentos das filiais de multinacionais) e verticais (pela disponibilização de tecnologia). O comércio de tecnologia, por meio das licenças de propriedade intelectual, constitui outro canal importante de difusão.

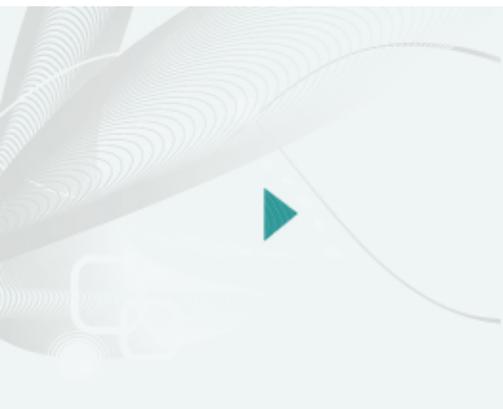
Segundo, o comércio pode afetar a inovação pela concorrência, com efeitos divergentes, mas não contraditórios. Por um lado, a concorrência influi sobre a inovação porque atua como um incentivo para que as empresas se tornem mais eficientes. Por outro lado, reduz as rendas monopolísticas que induzem as empresas a investir em inovação.

Terceiro, a atividade de exportar pode incentivar as atividades de inovação. Embora as empresas que exportam usualmente sejam mais produtivas do que as que se voltam apenas para o mercado interno, não está estabelecida a relação da causalidade: por um lado, existe um viés de seleção (as empresas mais produtivas se autosselecionam para os mercados de exportação) e, por outro, a exportação pode tornar as empresas mais produtivas (“*learning by exporting*”).



Em matéria de políticas públicas, destacam-se três temas no relatório: a capacidade de absorção da tecnologia, a liberalização do comércio e a proteção dos direitos de propriedade intelectual. Primeiro, a *capacidade de absorção* (grau no qual as empresas e os países podem se beneficiar da difusão internacional de tecnologia) depende de aspectos nos quais as políticas públicas podem influir direta e indiretamente, como o nível de capacitação da força de trabalho, as capacidades de P+D, o clima de negócios, a estabilidade macroeconômica, a qualidade da regulação e as ações que os governos empreendem para solucionar as falhas de mercado. Segundo, conforme os trabalhos citados a *liberalização* multilateral e a redução de obstáculos técnicos ao comércio podem fomentar os esforços de inovação das empresas exportadoras. Terceiro, a proteção dos direitos de *propriedade intelectual* - principalmente por meio das patentes - está associada positivamente com a inovação e a transferência de tecnologia, embora impacte de várias maneiras dependendo do setor: é mais eficiente no setor de produtos químicos e farmacêuticos do que na indústria de informação e comunicação, na qual é mais difícil identificar os elementos a serem patenteados e os ciclos de vida dos produtos são mais curtos. O valor da publicação reside em oferecer uma ampla revisão bibliográfica da evidência empírica sobre os diversos canais por meio dos quais o comércio internacional pode impulsionar a inovação, incluindo sugestões de política para fomentá-la. Apesar de o documento descrever alguns efeitos do Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o Comércio (ADPIC) da Organização Mundial do Comércio (OMC), omite alguns temas importantes. Seria interessante, por exemplo, haver uma síntese da cobertura destes temas nos acordos comerciais regionais (ACR) recentes e em processo, como também de quais são os riscos, para os países em desenvolvimento, de modificar suas leis de propriedade intelectual para adequá-las aos compromissos assumidos no âmbito da OMC e dos ACRs.

KIRIYAMA, N. *“Trade and Innovation: Synthesis Report”*. Paris: OCDE, 2012. [link](#)



Alerta Bibliográfico

Esta alerta difunde informação sobre os documentos registrados na base de dados do Centro de Documentação do INTAL (CDI), destacando algumas publicações, e proporcionando links a boletins e revistas de acesso aberto que constam no período citado. Clique [aqui](#).

Bibliografias em destaque do mês

***Messerlin, P. (2014). The Transatlantic Trade and Investment Partnership and the Developing Countries. Paris: Grupe d'Economie Mondiale.**



Autor:Messerlin, Patrick

Título:The Transatlantic Trade and Investment Partnership and the Developing Countries

Edición:Paris: Grupe d'Economie Mondiale, may 2014 [40 p.]

Serie:Policy Brief; MAY.

Temas:<RELACIONES COMERCIALES><NEGOCIACIONES COMERCIALES><PAISES EN DESARROLLO><COMPRAS DEL ESTADO><INVERSIONES>

Resumen:This paper aims to provide an overview of the main aspects of the TTIP negotiations and an very early assessment of the results that could be expected with a focus on the possible TTIP discriminatory impact on non-TTIP countries ... The paper is organized in seven sections. The six first ones deal with a distinct negotiating "block": industrial goods, farm and food products, services, investment, government procurement, and "new rules". There is no section on the intellectual property rights per se because the three main issues in this domain are included in the negotiating block to which they pertain (patents in the industrial goods block since it focuses on pharmaceuticals and chemicals, geographical indications in the farm and food products block, and copyright protection in the services block because of its relation with cultural and audiovisual services). The seventh section focuses on a key question: what could and should do non-TTIP countries? The TTIP endeavor is the biggest mega-PTA to date, hence it can legitimately raise concerns on its discriminatory impact on non-TTIP countries.



Accesos al documento:HM GEM-TRADE.POL. MAY. [2014]

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

***Ortiz, M., coord. (2014). Las Américas y la Unión Europea ante los nuevos escenarios en las relaciones comerciales y políticas. San José: FLACSO.**



Autor:Ortiz, María Salvadora, coord.

Título:Las Américas y la Unión Europea ante los nuevos escenarios en las relaciones comerciales y políticas

Edición:San José: FLACSO, junio de 2014 [211 p.]

ISBN:978-9977-68-276-1

Temas:<RELACIONES INTERNACIONALES EN GENERAL><RELACIONES COMERCIALES><COMERCIO EXTERIOR><POLITICA COMERCIAL><ACUERDOS REGIONALES DE COMERCIO><ACUERDOS DE LIBRE COMERCIO><UNION EUROPEA, UE>

Geográficos:<AMERICA LATINA><EUROPA>

Resumen:Con motivo de la apertura del proceso de negociaciones entre EE.UU. y la UE sobre un acuerdo de libre comercio (Transatlantic Trade and Investment Partnership, TTIP), en junio de 2013, la Secretaría General Iberoamericana (SEGIB) convocó a un seminario que reunió a un grupo de destacados expertos europeos y latinoamericanos para debatir las consecuencias del mismo en las economías emergentes de América Latina y el Caribe ... Las discusiones del seminario se organizaron en torno a tres temas: 1) las posibles consecuencias del TTIP sobre los países de América Latina; 2) las relaciones transpacificas de América Latina, vis a vis su vínculo atlántico, y 3) las oportunidades de colaboración de los Estados Unidos y Europa en la actual escena latinoamericana.

Nota de contenido:

Presentación / Iglesias, Enrique V. [p. 5]

Introducción / Ortiz, María Salvadora [p. 9]

Sesión inaugural

· Nuevos acuerdos regionales: riesgos y oportunidades / Iglesias, Enrique V. [p. 19]

· España ante el futuro acuerdo UE-EE.UU. / Gómez de Olea, Pablo [p. 29]

· Convergencia y diversidad de los procesos de integración / Estrella, Rafael [p. 35]

· América y Europa: una relación con grandes posibilidades / Poveda, Tomás [p. 39]

I: El tratado de libre comercio entre EE.UU. y la Unión Europea: consecuencias y efectos en América Latina

· A modo de introducción / Fernández de Soto, Guillermo [p. 45]

· Situaciones diferentes, un mismo objetivo / Salafranca, José Ignacio [p. 49]

47]

· La diversidad de América Latina de cara al Acuerdo Transatlántico / Ferrero-Waldner, Benita [p. 57]

· Un escenario de oportunidades / Dueñas, Tomás [p. 67]

· Comentarios finales / Quenan, Carlos [p. 73]

II: Las Américas: ¿Miran hacia el Atlántico o hacia el Pacífico?

· Solidez de las relaciones transatlánticas / Roy, Joaquín [p. 83]

· Una pregunta clásica, una respuesta clara / Blanque, Jean Michel [p. 87]

· América Latina ante una opción de suma variable / Muñoz, Heraldo [p. 93]

· Comentarios finales / Gratius, Susanne [p. 103]

III: Oportunidades de colaboración EE.UU. - Europa en la actual arquitectura latinoamericana

· Conciertos y desconciertos en el Triángulo Atlántico / Sanahuja, José Antonio [p. 109]

· Un escenario de oportunidades y desafíos / Schäfer, Roland [p. 131]

· Superar el Estado-Nación / Fonseca Morillo, Francisco [p. 137]

· Comentarios finales / González Vallvé, José Luis [p. 143]

Clausura

· Aceptar la incertidumbre / Iglesias, Enrique V. [p. 149]

· El centro geoestratégico se traslada a América / Poveda, Tomás [p. 157]

· Un acuerdo con implicaciones globales / Quiñonez, Alfonso [p. 163]

· Evitar falsas dicotomías / Estrella, Rafael [p. 169]

Epílogo / Iglesias, Enrique V. [p. 171]

Anexo

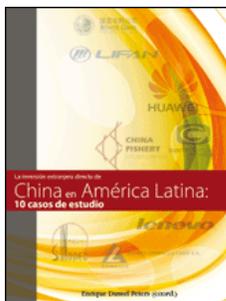
· Relatoría / Gratius, Susanne [p. 181]

Accesos al documento:339.9 / ORT-AME / 2014

Documento Electrónico

[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)

***Dussel Peters, E., coord. (2014). La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso. México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe.**



Autor:Dussel Peters, Enrique, coord.

Título:La inversión extranjera directa de China en América Latina: 10 estudios de caso

Edición:México: Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2014 [352 p.]

ISBN:978-607-8066-09-4

Temas:<RELACIONES MULTILATERALES><RELACIONES BILATERALES><DESARROLLO ECONOMICO><COMERCIO INTERNACIONAL><ECONOMIA

INTERNACIONAL><INVERSIONES><INVERSION EXTRANJERA DIRECTA, IED>

Geográficos:<CHINA><AMERICA LATINA>

Nota de contenido:

Introducción / Dussel Peters, Enrique [p. 7]

· Argentina y China: nuevos encadenamientos mercantiles globales con empresas chinas. Los casos de Huawei, CNOOC y Sinopec / López, Andrés; Ramos, Daniela [p. 13]

1: Los flujos de comercio e inversión bilaterales [p. 14]

2: Caso 1. Industria petrolera (CNOOC y Sinopec) [p. 23]

3: Caso 2. La industria electrónica (Huawei) [p. 46]

· Las relaciones económicas entre Brasil y China a partir del desempeño de las empresas State Grid y Lenovo / Freitas Barbosa, Alexandre de; Tepassê, Angela Cristina; Neves Biancalana, Marina [p. 61]

1: Cuadro general de las relaciones económicas entre Brasil y China en los años 2000 [p. 61]

2: El desempeño de State Grid en Brasil [p. 75]

3: El desempeño de Lenovo en Brasil [p. 95]

· La inversión extranjera directa de China en Perú. Los casos de China Fishery Group y Chinalco / Fairlie, Alan [p. 133]

1: Relaciones comerciales y de inversión Perú-China [p. 140]

2: Casos de estudio de empresas chinas en Perú [p. 148]

· China y Uruguay. El caso de las empresas automotrices Chery y Lifan / Bittencourt, Gustavo; Reig, Nicolás [p. 227]

1: Relaciones económicas (comercio e inversiones) entre Uruguay y China [p. 229]

2: Estudios de caso: empresas Chery Socma y Lifan [p. 241]

3: Principales características de la empresa china Chery y las actividades de su filial Chery Socma [p. 249]

4: Principales características de la empresa china Lifan y las actividades de su filial Besiney S.A [p. 258]

· La inversión extranjera directa China en México. Los casos de Huawei y Giant Motors Latinoamérica / Dussel Peters, Enrique [p. 273]

1: El comercio y la IED entre México y China (2000-2013) [p. 275]

2: Dos estudios de caso: Huawei y Giant Motors Latinoamérica [p. 290]

Accesos al documento:339.9 / DUS-INV / 2014

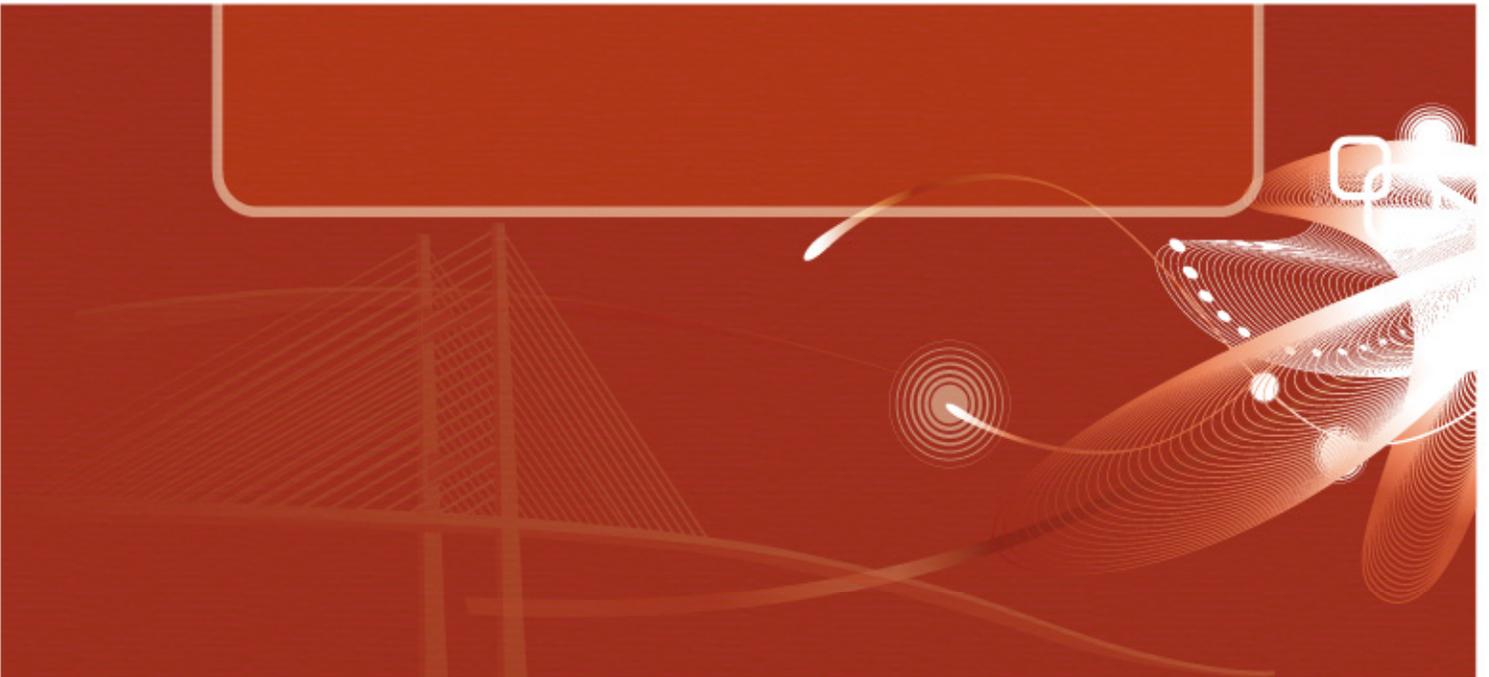
Documento Electrónico

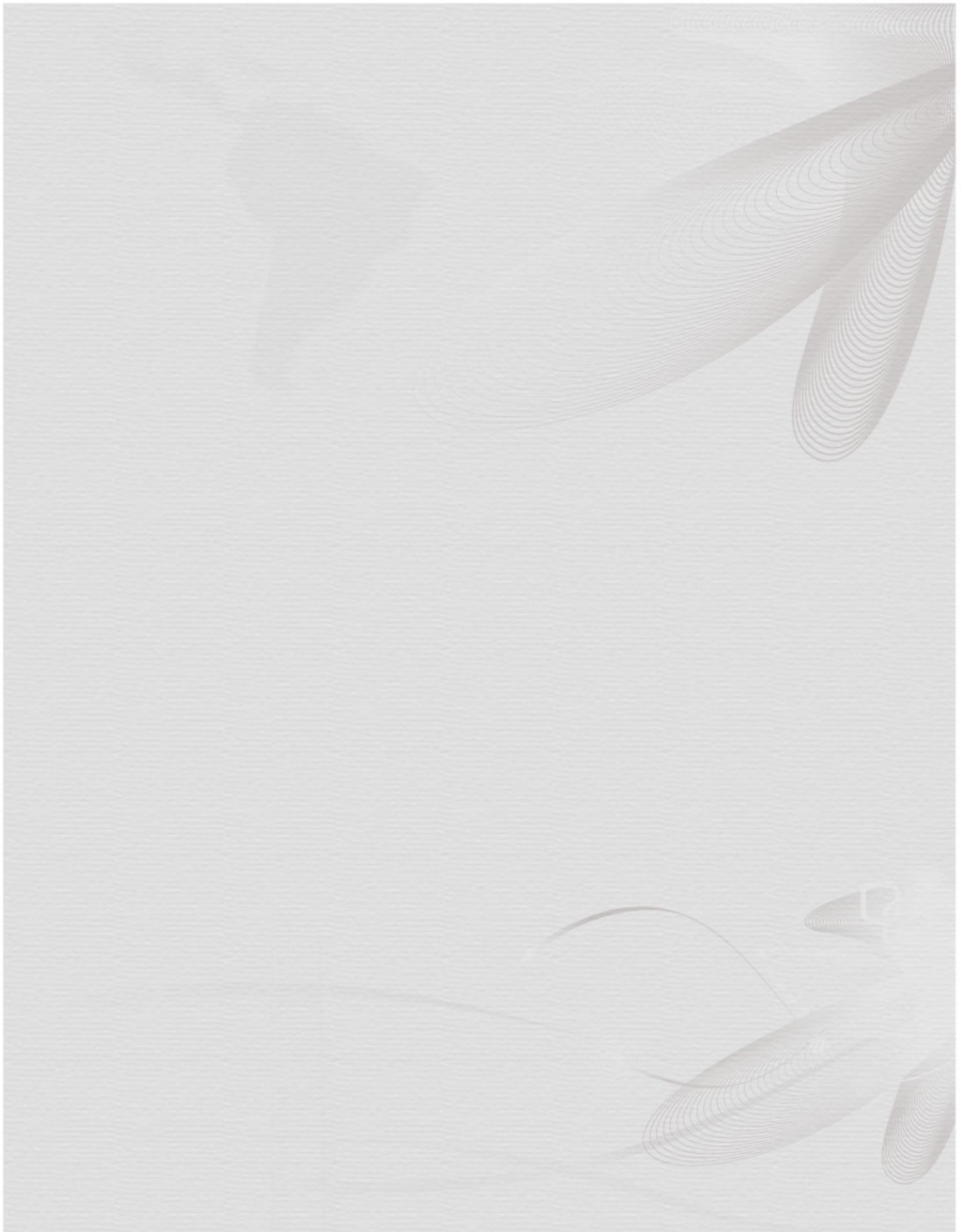
[texto completo](#). Si no pudo acceder haga click [aquí](#)





Redação





Esta Carta Mensal é publicada no formato pdf para ser consultada de maneira gratuita na página do BID-INTAL na internet.

Conselho Diretor:

Antoni Estevadeordal
Gustavo Beliz

Coordenação:

Alejandro Ramos Martínez

Assessoria técnica:

Rosario Campos (UNASUL, Resenhas Bibliográficas)
Romina Gayá (Aliança do Pacífico, América Central, MERCOSUL)
Gala Gómez Minujín (Caribe, CAN)
Andrea Kobylnik (Notícias de Integração e Comércio)

Assistência compilação material:

Andrea Benítez
Eugenia Piasentini

Edição:

Susana Filippa
Julieta Tarquini

Edição Web:

Federico Mazzella
Pedro Grondona

R.P.I.: 5170739
ISSN: 1027-1899

Esta é uma publicação mensal propriedade do Instituto para Integração da América Latina e do Caribe, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID-INTAL). Todos os direitos reservados.

Fontes de informação: Comunicados para a Imprensa e Boletins de: AEC; ALADI; BID; CARICOM; Comunidade Andina; Euro-Lat; Grupo do Rio; MERCOSUL; PARLATINO; SELA; SG-SICA; SIECA. Organismos oficiais e internacionais. Arquivos de Imprensa do INTAL.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de seu Conselho de Administração, ou dos países que eles representam.

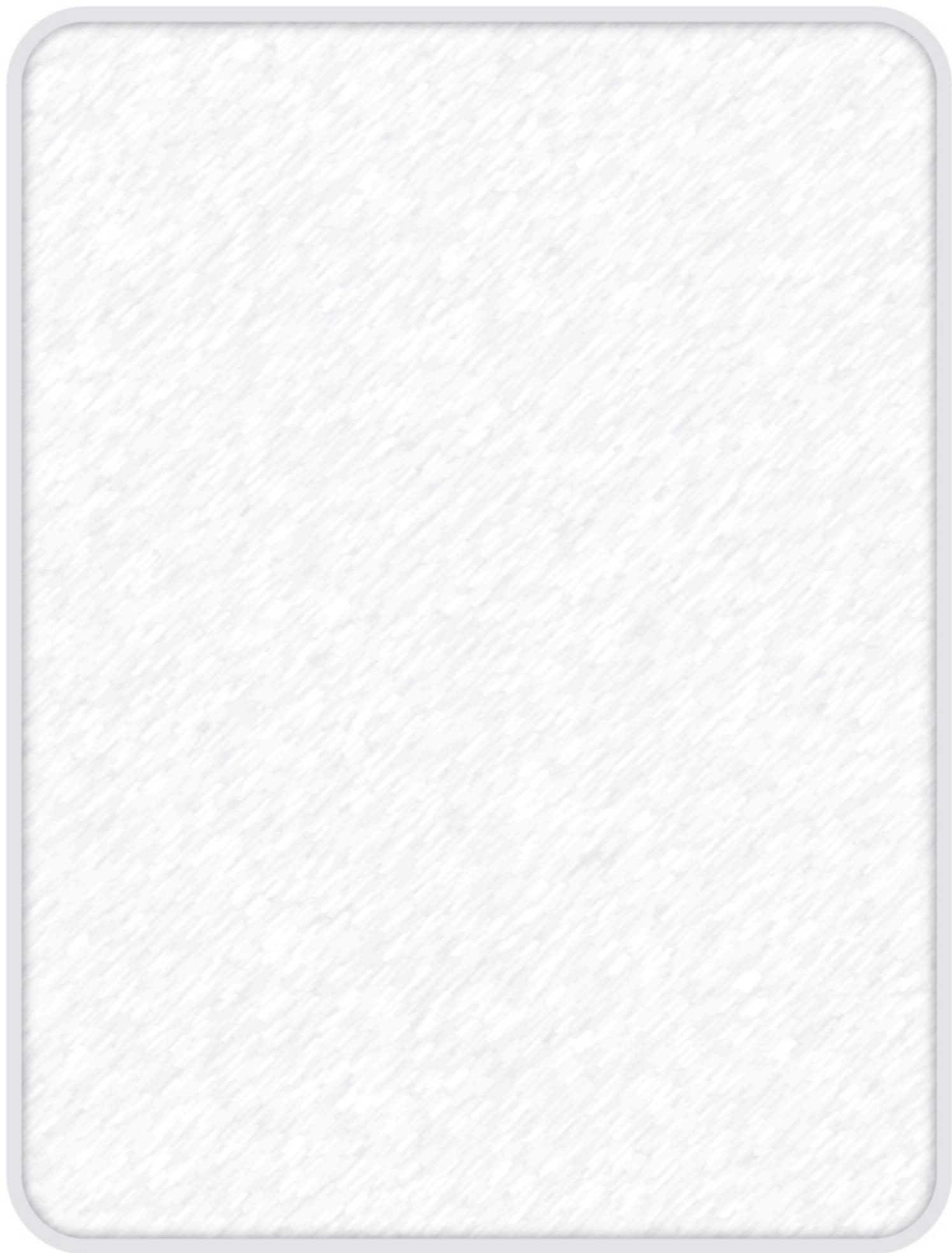
O uso não autorizado para fins comerciais de documentos do Banco é proibido, e pode ser punido no âmbito das políticas do Banco e/ou das leis aplicáveis.

Copyright © [1996] Banco Interamericano de Desenvolvimento. Todos os direitos reservados; este documento pode ser livremente reproduzido para fins não comerciais.

BID-INTAL | Esmeralda 130, andáres 11 e 16 | (C1035ABD) Buenos Aires, Argentina

Links a fontes originais de informação utilizadas neste número:

- Decisión Nº 1/2014. (2014). Paramaribo: UNASUR. [Link](#).
- El Paquete de Bali: repercusiones para el comercio y la seguridad alimentaria. (2014). Roma: FAO. [Link](#).
- Matthews, A. (2014). Food Security and WTO Domestic Support : Disciplines post-Bali. Geneva: ICTSD. [Link](#).
- Rozenwurcel, G., comp. y Bezchinsky, G., comp. (2013). Compras públicas en América Latina y el Caribe : Diagnósticos y desafíos. San Martín: Universidad de San Martín, UNSAM. [Link](#).
- Rozenwurcel, G., comp. y Bezchinsky, G., comp. (2011). Compras públicas: costos y beneficios de los procesos de integración regional en el marco de los tratados de libre comercio. San Martín: Universidad de San Martín, UNSAM. [Link](#).
- Strategic plan for the Caribbean Community 2015 - 2019 : Repositioning CARICOM : Vol. 1 - The executive plan. (2014). Georgetown: CARICOM. [Link](#).



INTAL

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe



BID

Banco Interamericano de Desenvolvimento